

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

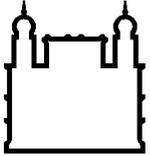
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde

RELATÓRIO FINAL

ANÁLISE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO BRASIL

Relatório do estudo encomendado pelo Sistema de Acompanhamento de Sinais de Mercado de Trabalho do Setor Saúde – SAMETS, subcomponente II do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem/Ministério da Saúde – PROFAE/MS

Agosto de 2002



Ministério da Saúde

1

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde

ANÁLISE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO BRASIL

VOLUME 1

Coordenador:

Júlio César França Lima – Doutorando em Educação/PUC-SP

Pesquisadores:

Ana Luisa Stiebler Vieira – Doutora em Saúde Pública pela UFRJ

Arlinda Barbosa Moreno - Doutoranda em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ

Mônica R. Campos – Doutoranda em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ

Mônica Vieira – Doutoranda em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ

Renata Reis – Mestre em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ

Sandra R. Pereira – Mestre em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ

Bolsistas:

Giseli Nogueira Damacena - Graduanda em Estatística pela UERJ

Gregório Galvão de Albuquerque - Técnico em Administração Hospitalar
pela EPSJV/FIOCRUZ

Agosto de 2002

ÍNDICE

VOLUME 1

I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO	01
II – PLANEJAMENTO GERAL DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA	06
III – ANÁLISE DOS DADOS	19
III.1 – Estabelecimentos de Educação Profissional em Saúde e na subárea de Enfermagem	19
III.2 – Cursos de Educação Profissional em Saúde e na subárea de Enfermagem	26
III.3 – Alunos da Educação Profissional em Saúde e na subárea de Enfermagem	38
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
V – BIBLIOGRAFIA	57
VI - ANEXOS	59

VOLUME 2

VII – PROPOSTA DE ESTUDO: “ANÁLISE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO BRASIL”, APRESENTADO AO PROFAE/MS	01
VIII – DADOS CENSITÁRIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE DO CENSO ESCOLAR - BRASIL - 2001	09
IX – DADOS CENSITÁRIOS DO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE EM SAÚDE DO CENSO ESCOLAR - BRASIL - 2001	101
X - RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERECEM CURSOS DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM CONFORME CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) - BRASIL - 2002	116
XI - RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERECEM CURSOS DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM CONFORME CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) - BRASIL - 2002	163

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição de Estabelecimentos de Educação Profissional em todas as Áreas e de Educação Profissional em Saúde segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 2. Distribuição de Estabelecimentos de Ensino Médio Profissionalizante em todas as Áreas e de Ensino Médio Profissionalizante em Saúde segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 3. Estabelecimentos com Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 4 . Estabelecimentos com Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 5. Estabelecimentos com Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 6. Estabelecimentos com Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 7. Estabelecimentos com Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001.

Tabela 8. Estabelecimentos com Ensino Médio Profissionalizante em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 9 . Estabelecimentos com Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 10. Estabelecimentos com Ensino Médio Profissionalizante em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 11. Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 12. Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 13. Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 14. Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 15. Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 16. Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 17. Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 18. Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde segundo Subáreas de Formação por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 19 . Distribuição dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidade de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 20. Distribuição dos Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidade de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 21. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 22. Alunos Matriculados em Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 23. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 24. Alunos Matriculados em Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 25. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidades de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 26. Alunos Matriculados em Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidade de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 27. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Sexo por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 28. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Sexo por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 29. Alunos Matriculados em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Faixa Etária por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 30. Alunos Matriculados em cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Faixa Etária por Grandes Regiões (percentual coluna). Brasil, 2001

Tabela 31. Alunos Concluintes de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 32. Alunos Concluintes de Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 33. Alunos Concluintes de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 34. Alunos Concluintes de Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Área da Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 35. Alunos Concluintes em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidades de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Tabela 36. Alunos Concluintes de Cursos de Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa e Modalidade de Curso por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 37. Alunos Concluintes de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Sexo por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 38. Alunos Concluintes de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Subárea de Enfermagem segundo Sexo por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 39. Alunos Concluintes em Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem segundo Faixa Etária por Grandes Regiões. Brasil, 2000

Tabela 40. Concluintes de cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem segundo Faixa Etária por Grandes Regiões (% coluna). Brasil, 2000

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante em todas as Áreas e na Área da Saúde segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 2: Distribuição percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Subáreas da Saúde e Categorias na Subárea de Enfermagem. Brasil, 2001

Gráfico 3: Participação percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem nas Esferas Administrativas segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 4: Participação percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 5: Participação percentual de Cursos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 6: Distribuição percentual de Cursos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Subáreas da Saúde e Categorias na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 7: Participação Percentual dos Alunos Matriculados de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem nas Esferas Administrativas. Brasil, 2001

Gráfico 8: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 9: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional segundo Gênero nas Grandes Regiões. Brasil, 2001

Gráfico 10: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional segundo Faixas Etárias. Brasil, 2001

Gráfico 11: Participação Percentual dos Alunos Concluintes de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Esferas Administrativas segundo Grandes Regiões. Brasil, 2000

Gráfico 12: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2000

Gráfico 13: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional segundo Gênero nas Grandes Regiões. Brasil, 2000

Gráfico 14: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional e segundo Faixas Etárias. Brasil, 2001

I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO

O estudo, cujo relatório final estamos agora apresentando, foi planejado a partir de demanda do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem do Ministério da Saúde – PROFAE/MS, como parte da organização da Rede de Estações de Trabalho do Sistema de Acompanhamento de Sinais de Mercado de Trabalho do Setor Saúde com foco em Enfermagem – Rede SAMETS. A partir dos debates ocorridos no seminário “Banco de Dados Nacionais e Regionais sobre Força de Trabalho na Área de Saúde: Limites e Possibilidades”, realizado em Campinas-SP, em abril do corrente ano, ficou clara a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as diversas bases de dados existentes no país, com o objetivo de avaliar a contribuição destas para a construção do SAMETS, enquanto uma estratégia de formulação de políticas públicas no setor saúde.

Sendo assim, a Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde¹, ficou responsável pela avaliação do Sistema Formador de Nível Médio com foco em Enfermagem a partir do Censo Escolar 2001, realizado pelo Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. Portanto, esse estudo procura levantar os dados coletados sobre a

¹ Essa Estação de Trabalho iniciou suas atividades no ano de 2000, e compõe a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde – ROREHS, uma iniciativa da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, em conjunto com o Programa de Cooperação Técnica da Representação da OPAS/OMS no Brasil, conforme Portaria nº 26 de 21/09/1999. Sua missão é produzir estudos e pesquisas que contribuam na caracterização da situação dos trabalhadores técnicos em saúde no país, e disponibilizar um conjunto de dados e informações para instituições parceiras, buscando assim subsidiar a formulação de políticas de educação e regulação profissional e de gestão do trabalho técnico em saúde. O endereço eletrônico é www.fiocruz.br/epsjv/observa

Educação Profissional em Saúde com ênfase na área de Enfermagem, com o objetivo de analisar a oferta de cursos auxiliares e técnicos nessa área e sua respectiva clientela.

O Censo Escolar é uma base de dados que agrega informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, abrangendo a Educação Básica em seus diferentes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A partir de 2001, além das informações coletadas nos anos anteriores, que incluem dados sobre matrículas, concluintes, docentes e infraestrutura dos diversos níveis e modalidades de ensino, passou a levantar e incorporar também dados relativos à Educação Profissional de Nível Técnico em todas as áreas – agropecuária e pesca, indústria, comércio e serviços. Nesse âmbito, teve como objetivos: cadastrar e conhecer as instituições públicas e privadas que promovem cursos técnicos para o mercado de trabalho; identificar se as ofertas dos cursos estão em sintonia com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades de desenvolvimento do país; e subsidiar políticas na área de qualificação profissional.

A ênfase na área de enfermagem se justifica pela representatividade dessa categoria profissional no interior dos serviços de saúde públicos e privados, decorrente do expressivo quantitativo de trabalhadores(as), especialmente de nível técnico. Essa categoria é composta, em sua maioria, por mulheres (90%), constituindo o que alguns autores denominam de “profissão gueto”, responsáveis pelo cuidado de saúde e que, juntas, representam em alguns estabelecimentos hospitalares, 40% do total de trabalhadores(as) (Lopes et al, 1996). Os dados da Pesquisa Assistência Médica Sanitária – AMS/IBGE, de 1999, apontam que do total de 1.549.838 postos de trabalho no setor, no ano de 1999, 35,0% (ou 541.585 postos de trabalho) eram ocupados pelas categorias de enfermagem. Do total de postos de trabalho no setor no Brasil, os(as) Auxiliares de Enfermagem detêm 22,0% (ou 339.766 postos de trabalho) e os(as) Técnicos(as) de Enfermagem, 3,2% (ou 49.604 postos de trabalho). Os(As) Enfermeiros(as), categoria com maior nível de qualificação profissional (nível superior), ocupam apenas 4,5%, e os(as) Atendentes, que apesar de não serem oficialmente reconhecidas desde 1986 como uma categoria da equipe de enfermagem, por não possuírem qualificação específica regulada em lei, detêm 5,3% dos postos de trabalho do setor no país. Na composição interna da equipe, os(as) auxiliares e técnicos representam, respectivamente, 62,7% e 9,2% do total de empregos da enfermagem, enquanto os(as) enfermeiros(as) e os(as) atendentes representam, respectivamente, 13,0% e 15,1% (Vieira & Oliveira, 2001).

Os estudos disponíveis sobre o sistema formador indicam que a partir da década de 50 do século passado, no Brasil, ocorreram dois fenômenos associados: a progressiva expansão do ensino na área de enfermagem concomitante com a expansão dos serviços médico hospitalares. Estudos realizados na segunda metade dos anos 80 (Silva, 1986; Melo, 1986) apontam que, até 1948, existiam seis cursos para auxiliares de enfermagem. No final da década de 50 haviam 39 escolas de enfermagem e 67 cursos de auxiliares de enfermagem, em todo o Brasil. A maioria desses cursos era mantida por entidades de direito privado e as escolas eram anexas aos hospitais. Ou seja, predominava a concepção, vigente até hoje, de que as escolas de enfermagem existem para prover o hospital, de forma imediata com o pessoal de enfermagem necessário à manutenção da assistência em saúde, por meio de cursos rápidos de treinamento e/ou atualização e mesmo cursos profissionalizantes de auxiliares com exigência de escolaridade, o equivalente ao atual Ensino Fundamental. É dessa época a legitimação do pessoal auxiliar então existente, com a aprovação da Lei nº 795 de 06/08/1949, que, ao regular o ensino de enfermagem no país, cria oficialmente os cursos de auxiliares de enfermagem. A qualificação profissional de nível técnico de grau médio para o setor saúde é permitida legalmente na década de 60, a partir da Lei nº 4.024/61.

Nesse momento, ao assumir a posição central na prestação de serviços de saúde e detentor da infraestrutura e dos equipamentos necessários à prestação de serviços de assistência à população, o hospital diversifica as especialidades, diferencia a mão-de-obra empregada e aprofunda a divisão técnica, particularmente no trabalho de enfermagem, com a criação da figura do Técnico de Enfermagem de nível médio, em 1966. Os estudos sobre mercado de trabalho (Medici, 1987; Nogueira, 1987), realizados a partir da década de 80, são unânimes em apontar que os serviços de saúde foram um importante pólo de criação de empregos e de absorção de mão-de-obra no período de 1960-1970, o que está associado ao modelo de saúde adotado de ampliação em larga escala da produção de serviços médicos hospitalares. Entretanto, os principais postos de trabalho criados privilegiaram, de um lado, a absorção de médicos e, de outro, as atendentes de enfermagem, “categoria profissional” de nível elementar (correspondente às quatro primeiras séries do atual Ensino Fundamental) que exercem atividades no setor saúde sem qualificação formal. Segundo levantamento realizado em 1983, embora a maior parcela tenha frequentado cursos, na verdade eles caracterizavam-se por serem informais, sem exigência de escolaridade e ofertados por instituições privadas. Na

área de enfermagem, eram conhecidos como ‘cursos de garagem’, muito frequentes até a segunda metade da década de 80 e que desapareceram por pressão do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), criado em 1973 (Blank, 1987; Vieira, 1992). Nesse contexto, a partir dos anos 80, o setor público inicia um processo progressivo de institucionalização das práticas educativas no interior das Secretarias Estaduais de Saúde, com a criação e implementação dos Centros de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Cendrhu). A institucionalização desses Centros assegurou a operacionalização do Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Saúde – *Projeto Larga Escala*, nos diversos estados brasileiros e a constituição progressiva das Escolas Técnicas de Saúde do Sistema Único de Saúde (Etsus), bem como dos Centros de Formação de Recursos Humanos em Saúde (Cefor).

O Projeto Larga Escala foi construído como alternativa metodológica e estratégia político-pedagógica para resolver duas questões intimamente relacionadas: as demandas de qualificação de pessoal decorrentes da progressiva municipalização da saúde que ocorre a partir dos anos 80, impulsionada pela reforma sanitária brasileira, e que se acelera nos anos 90; e a qualificação profissional do pessoal de saúde de nível médio e elementar, prioritariamente, das atendentes como auxiliares de enfermagem, tendo em vista que, com a aprovação da Lei do Exercício Profissional – Lei nº 7.498/86, o Conselho Federal de Enfermagem proíbe a contratação de atendentes, estabelecendo o ano de 1996 como prazo para que todas se tornassem auxiliares. Além disso, com a criação das Etsus/Cefor buscava-se, por um lado, criar uma alternativa ao mercado educativo em saúde, representado pelos cursos privados de qualidade duvidosa, e por outro, romper com a prática persistente dos treinamentos em serviços, voltados apenas para a execução de tarefas específicas – *cuidados funcionais*, sem considerar a inserção e o contexto em que eram desenvolvidas as práticas desses(as) trabalhadores(as).

Podemos supor que a pressão do Cofen para a extinção dos ‘cursos de garagem’, aliada a operacionalização do Projeto Larga Escala a nível nacional, se não impediram a contratação de atendentes sob outras denominações, tanto pelos serviços públicos como privados de saúde (Pires, 1998; Brasil/MS, 2001), contribuíram de maneira importante para a qualificação desse contingente e conseqüentemente, para a diminuição da divisão do trabalho no interior da área de enfermagem. Em 1976, as atendentes detinham 35,8% do total dos

empregos em saúde; em 1984, 29,9%; em 1992, 13,8% e, em 1999, 5,3% (Vieira, 1998; Vieira & Oliveira, 2001).

Por outro lado, embora a reestruturação produtiva no setor saúde no Brasil, ainda seja incipiente, podemos supor também que a progressiva extinção das atendentes de enfermagem decorre da própria concorrência entre as empresas médicas, principalmente entre aquelas que oferecem serviços considerados de ponta e que, ao incentivar outras estratégias empresariais que não implicam aumento de custos ou risco para a sua margem de lucro, como a terceirização, o uso de equipamentos de alta tecnologia etc., permitem contratar pessoal de enfermagem com qualificação escolar mais elevada. A utilização desses mecanismos credencia o hospital auferir maiores rendimentos ao promover e incentivar o uso de novas tecnologias e mão-de-obra com reconhecida qualificação em serviço, projetando uma boa imagem da assistência oferecida.

Nesse contexto, parece-nos que a extinção da oferta de cursos básicos de nível elementar na área de enfermagem, de acordo com a nova legislação da educação profissional no país – Decreto nº 2.208/97, é um fato irreversível. Ademais, a nova legislação não regula o nível básico dessa modalidade de ensino, apenas o nível técnico, por considerá-lo uma modalidade de educação não formal, que independe da escolaridade e por isso, não sujeito a regulamentação curricular. O nível técnico inclui os(as) auxiliares – modalidade de curso de qualificação profissional, e técnicos(as) de nível médio – modalidade de curso de habilitação profissional.

II - PLANEJAMENTO GERAL DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA

O primeiro *Censo da Educação Profissional (CEP)* no Brasil foi realizado, em 1999, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Este mapeamento, cujo objetivo está identificado na introdução desse estudo, reuniu informações sobre os três níveis da Educação Profissional, conforme definidos no Decreto n° 2.208/97 que reformulou essa modalidade de ensino. São eles:

1. *Nível Básico* - compreende os cursos básicos abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade prévia. Estes cursos possuem curta duração e são destinados a qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores, não estando sujeitos à regulamentação curricular pois são considerados uma modalidade de educação não-formal.
2. *Nível Técnico* – compreende os cursos técnicos que podem ser oferecidos concomitantemente ao ensino médio (antigo segundo grau) ou após sua conclusão. Esses cursos têm organização curricular própria e independente do ensino médio e são destinados a alunos que estão cursando ou já concluíram esse nível de ensino, por via regular ou supletiva, conferindo certificado de qualificação profissional ou diploma de habilitação em profissões técnicas. Pela nova legislação, um conjunto de certificados de qualificação pode conferir diploma de habilitação profissional, a partir da avaliação das escolas, ou exigir curso de complementação de carga horária para completar a trajetória escolar que habilite o aluno em determinada profissão. Como exemplo, podemos citar o parecer n° 10/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) que define o Curso de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem como integrante do itinerário de profissionalização do Técnico de Enfermagem.
3. *Nível Tecnológico* – compreende os cursos técnicos de nível superior que se destinam aos egressos do ensino médio. São estruturados em áreas especializadas para atender aos diversos setores da economia.

O universo da pesquisa do CEP – 1999, abrangeu todas as instituições identificadas pelo Ministério da Educação (MEC) que ofereciam cursos de Educação Profissional no país, naquele momento, e foi realizada através de convênio com a Universidade Santa Maria - RS, responsável pela elaboração do questionário e sua aplicação (NEPP/UNICAMP, 2002). Foram distribuídos 19.500 questionários; no entanto, apenas 3.948 estabelecimentos

responderam ao censo. Deste total, 2.034 estabelecimentos ofereciam cursos básicos, 2.216 ofereciam cursos técnicos e 258 ofereciam cursos de nível tecnológico, com a possibilidade de uma mesma instituição oferecer mais de um nível de curso da Educação Profissional.

No seminário “Banco de Dados Nacionais e Regionais sobre Força de Trabalho na Área de Saúde: Limites e Possibilidades”, organizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (NEPP/UNICAMP) e pelo Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem do Ministério da Saúde (Profae/MS), em abril de 2002, com o objetivo de discutir os bancos de dados nacionais e regionais sobre a força de trabalho na área de Saúde, foram apontados limites do banco de dados CEP – 1999, devido principalmente, ao baixo retorno dos questionários desta pesquisa. Na mesma, chegou-se ao consenso de que a base de dados do segundo mapeamento da Educação Profissional no Brasil, realizada através do Censo Escolar 2001, traria uma melhor aproximação da realidade dessa modalidade de ensino.

De fato podemos considerar que houve um avanço na medida que o CEP, era um censo específico da Educação Profissional e cobriu 2.216 estabelecimentos que oferecem cursos de nível técnico nessa modalidade de ensino, enquanto o Censo Escolar que abrange, além da Educação Profissional, todos os estabelecimentos da Educação Básica em seus diferentes níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e outras modalidades de ensino (Ensino Médio Profissionalizante, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos), cobriu 2.334 estabelecimentos que oferecem cursos técnicos nessa mesma modalidade. No entanto, podemos considerar que a cobertura alcançada pelo Censo 2001 ainda representa um quantitativo insuficiente para um diagnóstico acurado da realidade, conforme pode ser verificado adiante, quando comparamos os dados disponíveis no Censo para a subárea de Enfermagem e o cadastro de estabelecimentos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Censo Escolar 2001

O Censo Escolar, realizado pelo Inep/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, é uma base de dados com informações estatístico-educacionais de âmbito nacional que, como referido acima, abrange a Educação Básica em seus diferentes níveis — Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A partir de 2001, além das

informações coletadas nos anos anteriores, que incluem dados sobre matrícula, concluintes, docentes e infraestrutura dos diversos níveis e modalidades de ensino, passou a levantar e incorporar também dados relativos à Educação Profissional de Nível Técnico. Portanto, diferentemente do CEP - 1999, o Censo Escolar 2001 traz informações estatístico-educacionais apenas do nível técnico da Educação Profissional e agrega os cursos técnicos oferecidos sob a modalidade de Ensino Médio Profissionalizante.

Ao nosso ver, se a incorporação dos dados sobre Educação Profissional pelo Censo Escolar ganhou em organização, dado que é realizado com a colaboração das equipes das Secretarias de Educação dos Estados e as municipais das capitais brasileiras, perdeu em conteúdo e fragmentou a própria base de dados da Educação Profissional.

No primeiro caso, por não incorporar dados de cursos de nível básico impedindo a ampliação da análise dessa modalidade de ensino. Por exemplo, numa breve análise do CEP – 1999, particularmente dos estados da região Norte e em três estados da região Nordeste², observamos que o setor público estadual é o maior responsável pela oferta de cursos técnicos, que os municípios priorizam a oferta de cursos básicos e que nos estabelecimentos federais são ainda escassas as ofertas de cursos tecnológicos na área de saúde. Por outro lado, apesar do setor privado ter uma participação importante na oferta de cursos técnicos, tendem a concentrar a sua oferta em cursos de nível básico. A grande maioria dos cursos (87%) oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nesses estados, é de nível básico. A provável causa dessa diferença entre setor público (principalmente o nível estadual) e privado, pode ser explicada pela relação custo-benefício. Os cursos técnicos são de longa duração e alguns exigem maiores investimentos para a sua realização, enquanto os cursos básicos são de curta duração, exigem pouco investimento e o capital investido tem retorno rápido. Entretanto, se não há novidade nos interesses econômicos que cercam as iniciativas do “mercado educativo”, a incorporação de dados de cursos básicos, ao nosso ver, abriria um leque de análises ainda pouco exploradas sobre possíveis opções de trajetórias escolares em todos os níveis da Educação Profissional *vis a vis* às trajetórias profissionais, bem como sobre os tipos de cursos oferecidos, por exemplo. Nesse último caso, poder-se-ia

² Esse estudo foi realizado em colaboração com o Profae/MS, com o propósito de mapear a Educação Profissional em Saúde e a participação dos trabalhadores técnicos em saúde no mercado de trabalho da região Norte – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia, Roraima e Tocantins, em três estados da região Nordeste –

confirmar a continuidade, ou não, da oferta de cursos básicos de Atendentes de Enfermagem, ou, cursos que sob outras denominações tem a mesma base curricular, uma tendência apontada no estudo realizado pelo Programa de Recursos Humanos da Organização Pan-Americana de Saúde em 18 (dezoito) países da América Latina, inclusive no Brasil (Castillo & Manfredi, 1999).

O segundo aspecto, refere-se ao fato dos dados sobre cursos tecnológicos terem sido incorporados ao Censo do Ensino Superior descolando-os do Censo da Educação Profissional. Ou seja, para uma mesma modalidade de ensino temos hoje duas bases de dados diferenciadas, o que sobrecarrega a coleta de dados.

Atualmente, o Censo Escolar é tratado como um instrumento auxiliar de planejamento das políticas nacional, estadual e municipal de educação. As informações levantadas constituem hoje a base das políticas de educação básica, orientando tanto a repartição dos recursos federais entre Estados e Municípios como a implementação de programas pelo governo federal, procurando assim eliminar os desperdícios a partir de uma base de dados objetiva. Os resultados apurados têm conseqüências diretas sobre os principais programas, projetos e ações implementados pelo MEC e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. O número de matrículas nas redes públicas de ensino é a base de cálculo do coeficiente de redistribuição de recursos do Fundef — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Além disso, o número de matrículas informado no Censo Escolar incide diretamente na distribuição do Livro Didático, da Merenda Escolar e do repasse de recursos do programa Dinheiro na Escola.

Banco de Dados do Censo Escolar 2001

No dia 07 de maio de 2002, ocasião em que foi definida a proposta do presente estudo da Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde, a Coordenação da Rede SAMETS repassou um CD-ROM contendo um conjunto de arquivos da base de dados do Censo Escolar 2001 e não propriamente a base de dados em sua totalidade, organizada a partir dos 11 (onze) blocos e respectivos campos de informações do questionário elaborado pelo

Maranhão, Piauí e Sergipe, e um estado da região Sul – Rio Grande do Sul. Dentre os Estados brasileiros, esses são os únicos que não possuem Escola Técnica do Sistema Único de Saúde.

Inep/MEC. O CD-ROM contém 10 arquivos, em formato de planilhas Excel, assim distribuídos:

a) Arquivo1.xls - Informações Solicitadas dos Blocos 1 e 2:

Bloco 1 – Cadastro da Escola: contém informações relativas a identificação básica da escola, nível e modalidade de ensino, dependência administrativa, entre outras;

Bloco 2 – Caracterização Física da Escola: contém informações relativas à dependências existentes na escola (secretaria, biblioteca, etc.), utensílios de copa/cozinha, equipamentos em uso na escola (vídeo, tv, etc.), equipamentos de informática, abastecimento de energia elétrica, abastecimento de água e esgoto sanitário, destino do lixo, livro didático, merenda escolar.

b) Arquivo2.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 3 e dos Campos 1 a 6:

Número de salas de aulas existentes/utilizadas, funcionários na escola/professores em exercício, professores por modalidade/nível de atuação, nível de formação dos docentes por modalidade de atuação.

c) Arquivo3.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7 Campo 1:

Número de turmas e de matrícula inicial no ensino médio e médio profissionalizante.

d) Arquivo4.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7 Campo 2:

Matrícula por série e ano de nascimento (faixas etárias dos alunos).

e) Arquivo5.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7 Campos 3, 4, 5 e 6:

Campo 3 - Matrícula por série e sexo;

Campo 4 – Total de matrículas nas classes de aceleração;

Campo 5 – Matrícula inicial no ensino médio de alunos promovidos e de alunos repetentes;

Campo 6 – Matrícula inicial por série, de alunos provenientes de fora do sistema regular de ensino.

f) Arquivo6.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7, Campos 7 e 8:

Campo 7 – Movimento e rendimento escolar do ensino médio e médio profissionalizante, por turno (admitidos, afastados, aprovados e

reprovados);

Campo 8 – Movimento e rendimento escolar de matrícula não-seriada por turno.

g) Arquivo7.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7, Campos 9 e 10:

Campo 9 – Alunos reclassificados.

Campo 10 – Concluintes por ano de nascimento, sexo e turno.

h) Arquivo8.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7, Campo 11:

Campo 11 – Matrícula inicial em 2001 e concluintes em 2000 por curso (diurno).

i) Arquivo9.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 7, Campo 12

Campo 12 – Matrícula inicial em 2001 e concluintes em 2000 por curso (noturno).

j) Arquivo10.xls - Relação das Escolas com as Informações Solicitadas do Bloco 11, Campos 1, 2, 3 e 4

Campo 1 – Nome do curso;

Campo 2 – Classificação do curso por área;

Campo 3 – Matrícula por sexo e faixa etária;

Campo 4 – Concluintes por sexo e faixa etária.

Os dados fornecidos nos arquivos 1 e 2 caracterizam os estabelecimentos de ensino (blocos 1,2 e 3 do instrumento de coleta de dados), os arquivos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 trazem informações sobre os estabelecimentos de ensino médio e médio profissionalizante (bloco 7 do instrumento de coleta) e o arquivo 10 sobre os estabelecimentos de educação profissional (bloco 11 do instrumento de coleta de dados).

Nesse ponto, cabe esclarecer alguns limites do presente estudo decorrentes, principalmente, da estrutura do instrumento de coleta de dados utilizado pelo Censo Escolar. No que diz respeito as informações dos blocos 1, 2 e 3, elas não permitem a configuração de níveis de desagregação suficientes para que as instalações físicas dos estabelecimentos de ensino nos cursos da área da saúde possam ser discriminadas, o mesmo ocorrendo em relação ao corpo docente. Ou seja, é possível caracterizar um determinado conjunto de instituições, mas não é possível verificar, com exatidão, quais são os cursos que se utilizam de determinadas instalações e nem tampouco discriminar o quantitativo de professores dedicados a cada um desses cursos. Em outras palavras, a partir dessa base de dados não é possível caracterizar o número de professores por grandes áreas de atuação (agropecuária e pesca,

indústria, comércio e serviços) ou por sub-área da saúde (enfermagem, farmácia etc.), bem como o nível de escolaridade do corpo docente.

Vale ressaltar, todavia, que este tipo de caracterização iria exigir das instituições de ensino uma dedicação ainda maior no preenchimento do questionário de dados que podem, por vezes, ser alterados ao longo do ano letivo (por exemplo, modificação no número de salas e/ou professores, por motivo de aumento de demanda, evasão de alunos, reformas curriculares etc.).

O bloco 7 do instrumento de coleta de dados do Censo Escolar 2001, que se refere ao ensino médio profissionalizante, permite um estudo das condições de oferta de cursos técnicos na área da saúde, de forma globalizada. Não há, todavia, a possibilidade de desagregar os dados referentes às variáveis sexo e faixa etária do corpo discente. O campo 10 do bloco 7 deste instrumento trata do total de concluintes em 2000 por ano de nascimento e sexo mas não discrimina o nome do curso. Da mesma forma as informações dos campos 11 e 12 tratam do total de matriculados em 2001 e de concluintes em 2000 por curso ou habilitação, mas não discriminam o sexo e a faixa etária.

Finalmente, o bloco 11 do instrumento de coleta, que trata da Educação Profissional, não apresenta problema na estrutura da coleta de dados, uma vez que esta apresenta-se desagregada pelos diversos cursos técnicos oferecidos por uma mesma instituição, o que permite uma melhor caracterização da área de saúde.

Assim, com essa configuração dos dados do questionário do Censo Escolar 2001, verificou-se a necessidade de se construir novas planilhas contendo dados oriundos de diferentes blocos e campos de informações do Censo em questão, sendo também necessária a criação de variáveis para o controle e extração das informações pretendidas. Este tipo de procedimento foi tomado para os dados relativos ao corpo discente das instituições respondentes, posto que estas informações estavam desagregadas em relação ao código do curso e de estabelecimento.

Esclarecemos que as informações do Censo Escolar 2001 constantes dos Blocos 4 – Educação Infantil, Bloco 5 - Classe de Alfabetização, Bloco 6 – Ensino Fundamental (1º Grau/Ensino Regular), Bloco 8 – Curso Normal (Formação de Professores), Bloco 9 – Educação Especial e Bloco 10 – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Supletivo), não foram disponibilizadas em CD-ROM para este estudo, posto que as mesmas não se referem à

educação profissional e nem ao ensino médio profissionalizante, sendo, portanto, dispensadas para a finalidade do presente estudo.

O Universo do Estudo sobre Educação Profissional no Censo Escolar 2001

Conforme proposta original, o objetivo desse estudo é analisar a oferta de educação profissional de nível técnico em enfermagem no Brasil. Inicialmente, a intenção era trabalhar apenas com os dados provenientes dos arquivos 1, 2 e 10. Entretanto, ao avaliar o conjunto de arquivos enviados em CD-ROM constatou-se que, no país, ainda há estabelecimentos que atuam com o ensino médio profissionalizante em saúde, ou seja, a sua oferta abrange tanto o ensino médio, como a educação profissional, ainda sob os marcos da Lei nº 5.692/71. Isso significa que nessas instituições os currículos ainda estão vinculados, devendo estas, por força da legislação em vigor, organizarem o currículo da educação profissional de forma própria e independente do ensino médio, conforme o artigo 5 do Decreto nº 2.208/97.

Nesse sentido, podemos dizer que essa modalidade de ensino (ensino médio profissionalizante) está em vias de extinção, pois com a Reforma do Ensino realizada após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) o ensino médio e a educação profissional passam a ser organizados de forma independente. O primeiro definido como o último nível da educação básica no Brasil e o segundo uma modalidade de ensino, ambos independentes e complementares na relação pedagógica. De todo modo, apesar do ensino médio profissionalizante ser uma modalidade em extinção e do ponto de vista quantitativo, não ser tão representativo quanto a Educação Profissional, como veremos adiante, incorporamos os dados para efeitos de análise e comparação.

Sendo assim, o universo de estudo ampliou-se pela incorporação dos dados relativos aos estabelecimentos de ensino médio profissionalizante, que constam no bloco 7 do questionário do Censo Escolar.

A segunda questão com a qual nos deparamos na análise dos arquivos foi a reduzida oferta de cursos de auxiliares de enfermagem pelo sistema formador público e privado, tanto na educação profissional como no ensino médio profissionalizante, o que é contraditório com a dinâmica que se verifica desde a segunda metade do século passado no mercado de trabalho em saúde. Verifica-se nesse período, como característica histórica, uma grande diferença entre a incorporação dos técnicos e dos auxiliares de enfermagem no mercado de trabalho em saúde

no país. Em 1976, do total de 184.386 empregos da enfermagem, 3.851 (2,1%) eram de técnicos, e 44.204 (24,0%) de auxiliares de enfermagem. Em 1984, do total de 316.057 empregos de enfermagem no país, 9.534 (3,0%) eram de técnicos e 100.034 (31,6%) de auxiliares. Em 1992, do total de 451.705 empregos, os técnicos ocupavam 36.433 (8,1%) e os auxiliares 231.415 (51,2%) empregos. Segundo Pesquisa Assistência Médica Sanitária de 1999, do total de empregos da área de Enfermagem no país (ou 541.585) os técnicos ocupavam 49.604 (9,2%) e os auxiliares, 339.766 (62,7%) (IBGE, 1976, 1984, 1992, 1999).

A mesma dinâmica pode ser observada ao longo destas décadas, em relação ao número de profissionais registrados no Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Em 1980, estavam registrados 3.146 técnicos e 35.894 auxiliares; Em 1987, existiam 20.421 técnicos e 90.325 auxiliares de enfermagem. Em 1992, 42.645 técnicos e 160.492 auxiliares; e em 1999, 64.173 técnicos e 293.156 auxiliares de enfermagem (Cofen, 1980, 1987, 1992, 1999).

Assim, tendo como hipótese a baixa cobertura do Censo Escolar principalmente quanto à oferta de cursos de auxiliar de enfermagem no Brasil, buscamos junto ao Cofen informações quanto ao número de instituições que oferecem cursos de técnicos e de auxiliares de enfermagem segundo Unidade da Federação, sendo prontamente atendidos mediante o acesso ao cadastro *on line* que dispõe a relação dos estabelecimentos que oferecem esses cursos.

O cadastro do Cofen não discrimina esses estabelecimentos por vínculos institucionais (público ou privado), fornecendo apenas o nome da instituição, o endereço e o(s) curso(s) oferecido(s), mas permitiu calcular o nível de cobertura do Censo Escolar segundo a modalidade de curso, o que apontou para uma questão problemática. Os resultados considerados a partir do Censo Escolar 2001, expressam muito mais a realidade dos estabelecimentos com cursos de técnicos de enfermagem do que daqueles com cursos de auxiliares de enfermagem, uma vez que os primeiros encontram-se três vezes mais representados do que os últimos. Em outras palavras, apenas 14% das instituições que ofertam cursos de auxiliares de enfermagem, cadastradas no Cofen, participaram do Censo, enquanto 49% das instituições com cursos de técnicos de enfermagem, cadastradas no Cofen, estão aí representadas (Quadro 1).

**QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS CADASTROS DO
COFEN E O CENSO ESCOLAR DE/2001 POR
MODALIDADE DE CURSO NA SUBÁREA ENFERMAGEM**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL										
UF	Técnico de Enfermagem					Auxiliar de Enfermagem				
	A CENSO 2001	B COFEN	C* ¹ CENSO/ COFEN	D* ² TOTAL	% de cobertura do CENSO	A CENSO 2001	B COFEN	C CENSO/ COFEN	D* TOTAL	% de cobertura do CENSO
AC	0	0	0	0	0%	0	2	0	2	0%
AL	3	6	4	5	60%	1	6	0	7	14%
AM	7	6	4	9	78%	1	6	1	6	17%
AP	2	6	2	6	33%	2	1	0	3	67%
BA	16	27	3	40	40%	2	53	1	54	4%
CE	6	12	2	16	38%	5	32	4	33	15%
DF	5	7	5	7	71%	5	4	1	8	63%
ES	6	17	3	20	30%	0	7	1	6	0%
GO	12	36	6	42	29%	3	11	1	13	23%
MA	4	26	2	28	14%	1	11	1	11	9%
MG	57	78	16	119	48%	1	100	1	100	1%
MS	3	2	1	4	75%	0	9	0	9	0%
MT	1	13	1	13	8%	0	12	0	12	0%
PA	5	20	4	21	24%	1	18	1	18	6%
PB	4	8	3	9	44%	0	5	0	5	0%
PE	11	9	2	18	61%	5	27	3	29	17%
PI	2	29	3	28	7%	0	4	0	4	0%
PR	6	4	1	9	67%	6	68	3	71	8%
RJ	46	128	18	156	29%	5	95	3	97	5%
RN	2	6	0	8	25%	1	12	1	12	8%
RO	4	3	3	4	100%	0	7	0	7	0%
RR	1	0	0	1	100%	0	3	0	3	0%
RS	50	61	29	82	61%	0	61	0	61	0%
SC	11	22	4	29	38%	0	45	0	45	0%
SE	2	8	1	9	22%	1	11	0	12	8%
SP	220	161	84	297	74%	96	258	46	308	31%
TO	2	13	2	13	15%	0	3	0	3	0%
Brasil	488	708	203	993	49%	136	871	68	939	14%
Brasil (sem SP)	268	547	119	696	39%	40	613	22	631	6%

*¹ C = Instituições no Censo e no Cofen simultaneamente

*² D= A + B - C

Essa distorção dos dados pode ser exemplificada quando se aplica um fator de correção calculado com base na comparação dos dois bancos de dados (Cofen e Censo

Escolar), ao total de cursos de educação profissional de nível técnico em enfermagem³. No Brasil, segundo o Censo Escolar, temos 492 (71,6%) cursos de técnicos de enfermagem e 135 (19,7%) cursos de auxiliares de enfermagem (tabela 19). Porém, considerando o fator de correção, que é o inverso da fração de cobertura, esses valores deveriam ser 984 (30,0%) e 2.295 (70,0%), respectivamente. Isso significa, por um lado, que o Censo não representa a realidade da oferta de cursos de auxiliares de enfermagem pelo sistema formador no país, por outro, pode-se dizer que as informações provenientes da análise desse Censo, específicas para o extrato técnico de enfermagem, representam a oferta dessa modalidade de curso.

Cabe destacar ainda que essa proporção de cobertura é extremamente variável considerando-se agregados regionais e, além disso, a cobertura estritamente para o Estado de São Paulo influencia em demasia tal cobertura (Quadro I). Tendo em vista esses limites, optou-se pela apresentação dos resultados do Censo sem aplicação do fator de correção. Isto porque, julgou-se necessário analisar a base de dados do Censo tal qual encontra-se disponível, uma vez que o citado fator de correção aplica-se apenas a variável modalidade de curso (técnico e auxiliar) e não temos nenhuma indicação de que esse raciocínio possa ser estendido para as demais variáveis.

Algumas hipóteses poderiam ser levantadas para a baixa cobertura do Censo Escolar quanto a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem no Brasil. Talvez, a mais plausível, por mais paradoxal que possa parecer, é que o Censo Escolar é da Educação Profissional de Nível Técnico. Alguns sinais corroboram essa afirmativa. Verifica-se, por exemplo, que na base de dados do CEP – 1999 muitos cursos de auxiliares de enfermagem estão classificados como de nível básico. Observa-se também que, no Censo Escolar 2001, a maioria dos estabelecimentos que oferecem o curso de auxiliar de enfermagem, oferecem também o curso de técnico de enfermagem. Esses dados podem estar apontando para o fato de que muitas instituições, que apenas oferecem o curso de auxiliar, não responderam ao Censo Escolar porque ainda consideram essa modalidade de curso como de nível básico e não de nível técnico, ou, ainda não reformularam o desenho curricular dessa modalidade de curso como parte do itinerário de formação do Técnico de Enfermagem.

³ Considerando a cobertura de 49% para cursos de técnicos de enfermagem, o fator de correção é igual a 2, e considerando a cobertura de 14% para cursos de auxiliares de enfermagem, o fator de correção é igual a 17.

O parecer 10/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação é muito claro acerca dessa questão. Para a CEB/CNE, os cursos de auxiliares de enfermagem, no entendimento de que são cursos de “Qualificação Profissional de Nível Básico”, não estão sendo autorizados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Muito pelo contrário, considerando que se trata de profissão regulamentada e formalmente reconhecida (Lei Federal nº 7.498/86, de 25/06/86 e Decreto Federal nº 94.406/87, de 08/06/87), e de ser uma ocupação que lida diretamente com a população em situações de risco, o parecer enfatiza que não se trata de um curso de nível básico, reconhecendo-o como curso de nível técnico de qualificação profissional ou auxiliar técnico, exigindo como requisito mínimo para matrícula a conclusão do Ensino Fundamental. Por essa nova orientação, a qualificação profissional oferecida pelo Profae/MS, por exemplo, integrará o itinerário de profissionalização do Técnico de Enfermagem, bastando para isso, curso de complementação da carga horária teórica e prática. Essa modalidade de curso confere certificado (e não diploma) de qualificação profissional de nível técnico, com validade nacional, desde que o plano de curso seja devidamente aprovado pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e por este devidamente inserido no Cadastro Nacional de Cursos de Nível Técnico organizado pelo MEC (Brasil/MS, 2001)⁴.

Finalmente, cabe destacar que a análise dos dados está organizada por três unidades distintas, ou seja, diferentes níveis de agregação de análise, que são: os *estabelecimentos de ensino* (saúde em geral e em específico os da subárea de enfermagem); os *cursos oferecidos* nestes estabelecimentos (que podem ser distintos para uma mesma subárea – no caso específico da subárea de enfermagem diferenciam-se em técnicos e auxiliares), organizados segundo as subáreas do setor saúde definidas pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil/MEC, 2000); e, em cada curso, tem-se a unidade de análise *Alunos*, da qual discriminam-se suas características (sexo e faixa etária, apenas nos cursos de Educação Profissional) para diferentes estratos (matriculados em 2001 e concluintes em 2000).

⁴ Para a continuidade dos estudos até a conclusão do curso de Técnico de Enfermagem, será exigida do aluno a comprovação de conclusão do ensino médio como condição necessária para a obtenção do diploma de Técnico. Para elaboração do plano de curso, as instituições devem pautar-se pelas orientações do Parecer CNE/CEB nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/99, que regulamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, bem como pelo que dispõe a legislação específica do exercício profissional.

Desta forma, a base de dados do presente estudo será composta de variáveis existentes no Censo Escolar 2001, bem como de novas variáveis criadas a partir destas, a saber: dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino (Público/Privado – o setor público está segmentado em Federal, Estadual e Municipal, e no setor privado destaca-se o Senac); Subáreas de atuação (Biodiagnóstico, Enfermagem, Saúde Bucal, etc); Tipo de estabelecimento (SENAC e ETSUS); Modalidade de curso na subárea de enfermagem (Técnico/Auxiliar); Localização geográfica do estabelecimento (Brasil e Grandes regiões); Situação dos alunos em 2001 (Matriculados/Concluintes); Sexo dos alunos (Masculino/Feminino); e Faixa Etária dos alunos (até 18 anos/ 18-19 anos/ 20-25 anos/ 25 e mais) para matriculados e concluintes.

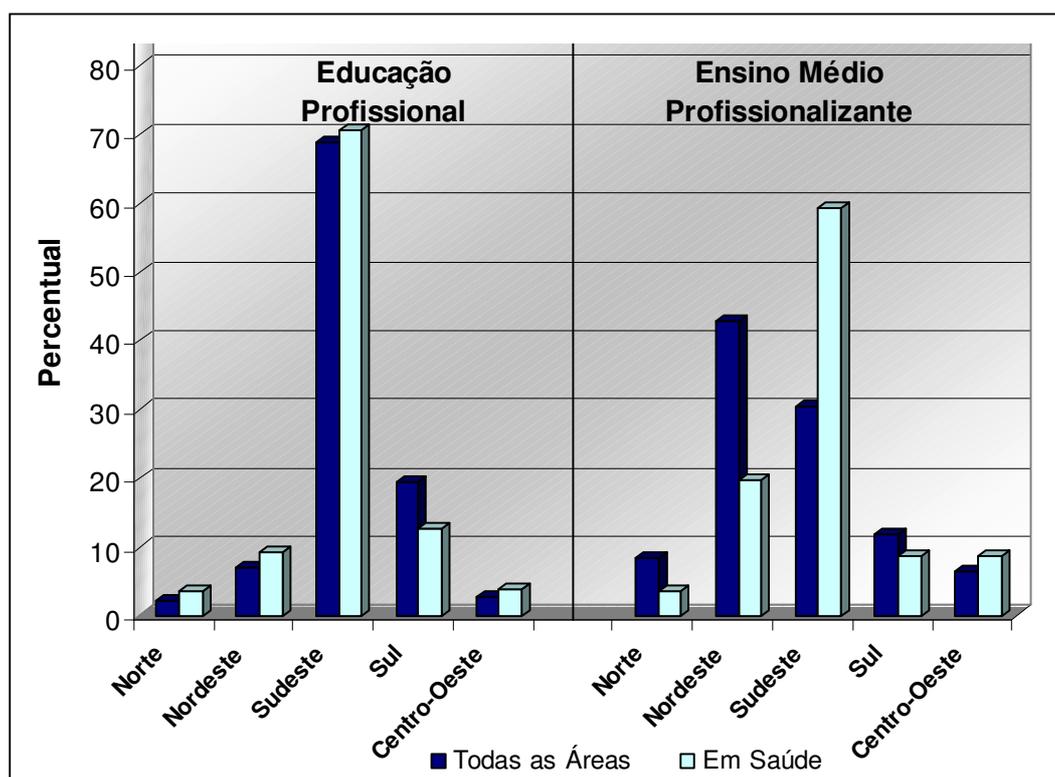
Estas informações, produzidas a partir do referido banco de dados, foram analisadas no software estatístico SPSS 10.0, que possibilitaram a agregação dos diferentes níveis de análise mencionados anteriormente, permitindo a criação de novos “bancos parciais”, com o uso do recurso “Aggregate”, a partir dos quais foram realizadas as tabulações cruzadas segundo os objetivos desse estudo.

III – ANÁLISE DOS DADOS

III.1 – ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E NA SUBÁREA DE ENFERMAGEM

No Brasil, de acordo com o Censo Escolar 2001, temos 2.334 estabelecimentos que atuam com Educação Profissional em todas as áreas da economia (agropecuária e pesca, indústria, comércio e serviços) e 3.001 estabelecimentos que atuam com o Ensino Médio Profissionalizante, ou seja, a sua oferta abrange tanto o ensino médio, como o ensino técnico, ainda sob os marcos da Lei 5.692/71.

Gráfico 1: Distribuição percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante em todas as Áreas e na Área da Saúde segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/MEC / INEP

As instituições que oferecem Educação Profissional na área de Saúde totalizam, no país, 785 estabelecimentos de ensino. Já aquelas que ofertam o Ensino Médio Profissionalizante totalizam 219 estabelecimentos. Considerando-se que 84 estabelecimentos

ofertam simultaneamente ambas as modalidades de ensino, o Sistema Formador de Nível Técnico em Saúde conta com uma estrutura de 920 instituições de ensino técnico no país. Portanto, a estrutura física desse sistema formador, segundo o Censo Escolar, está alicerçada em instituições de Educação Profissional de Nível Técnico as quais representam 85,3% do total de estabelecimentos para este nível. Apenas 23,8% desta estrutura atua como estabelecimento de Ensino Médio Profissionalizante.

Os estabelecimentos que atuam com Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, que será identificada daqui em diante como *modalidade 1*, representam 33,6% do total de estabelecimentos desta modalidade de ensino no Brasil; enquanto os de Ensino Médio Profissionalizante em Saúde, que trataremos como *modalidade 2*, representam 7,3% dos estabelecimentos desta modalidade de ensino (tabelas 1 e 2).

Em relação à distribuição geográfica das instituições de ensino na área de saúde, verifica-se que tanto aquelas que oferecem a *modalidade 1* como as que ofertam cursos da *modalidade 2* estão concentradas na região Sudeste correspondendo respectivamente a 70,5% (ou 553 estabelecimentos de Educação Profissional) e a 59,4% (ou 130 estabelecimentos de Ensino Médio Profissionalizante).

Na *modalidade 1*, os demais estabelecimentos de saúde estão distribuídos pelas regiões Sul (com 12,6% dos estabelecimentos do Brasil), Nordeste (9,2% dos estabelecimentos), Centro-Oeste (4,0% dos estabelecimentos) e região Norte (com 3,7% dos estabelecimentos). Na *modalidade 2*, os estabelecimentos estão distribuídos pelas regiões Nordeste (com 19,6% dos estabelecimentos), Sul (8,7%), Centro-Oeste (8,7%) e Norte (com 3,7% dos estabelecimentos desta modalidade). Verifica-se, portanto, que a região Norte conta com um reduzido número de estabelecimentos em ambas as modalidades de ensino, conforme pode ser observado nas tabelas 1 e 2.

Essa maciça concentração do sistema formador público e privado na área de saúde, verificada na região Sudeste, pode ser explicada quando relacionamos esses dados ao desenvolvimento do próprio mercado de trabalho no setor. Historicamente, o maior mercado de trabalho em saúde no país está localizado nesta região, onde também encontra-se a maior estrutura física do setor saúde brasileiro. Demonstrando esta concentração, dos 1.375.238 empregos de saúde no país em 1999, 50,6% destes postos de trabalho (ou 696.390) situam-se na região Sudeste. Nesta região também localiza-se a maior estrutura física do setor saúde, ou

seja, do total de 56.133 estabelecimentos do país em 1999, 38,3% (ou 21.484 estabelecimentos) concentram-se no Sudeste (IBGE, 1999).

Assim, onde se tem a maior rede física em saúde e o seu maior mercado de trabalho — que demandam profissionais para operar os seus serviços — encontra-se também um sistema formador mais numeroso.

O Censo Escolar 2001 mostra que mais de 71% dos estabelecimentos em todas as regiões que atuam com a *modalidade 1* são vinculadas ao setor privado. Entretanto, enquanto há uma clara hegemonia no país de instituições privadas que se organizam em torno da *modalidade 1*, o setor público ainda detém uma importante participação na organização da *modalidade 2*, chegando mesmo a superar o setor privado nas regiões Norte (87,5%), Sul (63,2%) e Centro-Oeste (57,9%). Ou seja, em quase todas as regiões brasileiras, exceto no Sudeste e no Nordeste, as instituições públicas são as principais responsáveis pela organização do Ensino Médio Profissionalizante, o que, ao nosso ver, abre perspectivas, apesar da reforma do ensino prever a independência da educação profissional da educação média, de melhor qualidade do ensino técnico nas instituições públicas devido a articulação ou complementação necessária entre uma e outra modalidade de ensino no interior de uma mesma instituição (tabelas 3 e 4).

Com relação ao setor público, nota-se que a maioria das instituições que atuam com o ensino técnico em saúde no Brasil, em ambas as modalidades de ensino, estão vinculadas aos governos estaduais. Tratando-se da *modalidade 1* (66,5%), as instituições federais detêm uma estrutura superior às estaduais nas regiões Norte (10,3%), Nordeste (13,9%) e Sul (7,1%). Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste a estrutura estadual é superior às estruturas federais e municipais juntas (tabela 3). Na *modalidade 2* (63,8%) o setor público estadual é hegemônico em todas as regiões, exceto na região Nordeste, onde a esfera federal supera a estadual (tabela 4). Dos três níveis de governo, a esfera municipal apresenta a menor estrutura para atender demandas em ambas as modalidades de ensino.

Nesse ponto, devemos destacar que, segundo o levantamento efetuado, apenas seis Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) participaram do Censo Escolar 2001. Entre elas, a única escola federal localizada no Rio de Janeiro, quatro escolas estaduais localizadas nos Estados de Alagoas, Mato Grosso e Paraíba, e do Distrito Federal, e uma escola municipal localizada em Blumenau, no Estado de Santa Catarina. No país, existem 26

(vinte e seis) ETSUS em funcionamento, na sua maioria vinculadas aos governos estaduais e que oferecem cursos principalmente da *modalidade 1*, em diversas subáreas do setor saúde. A baixa representatividade dessas Escolas na base de dados do Censo, como veremos adiante, no item III.2, acaba por subestimar a oferta de cursos de educação profissional tais como nas subáreas de Reabilitação e Saúde Bucal, em algumas regiões brasileiras.

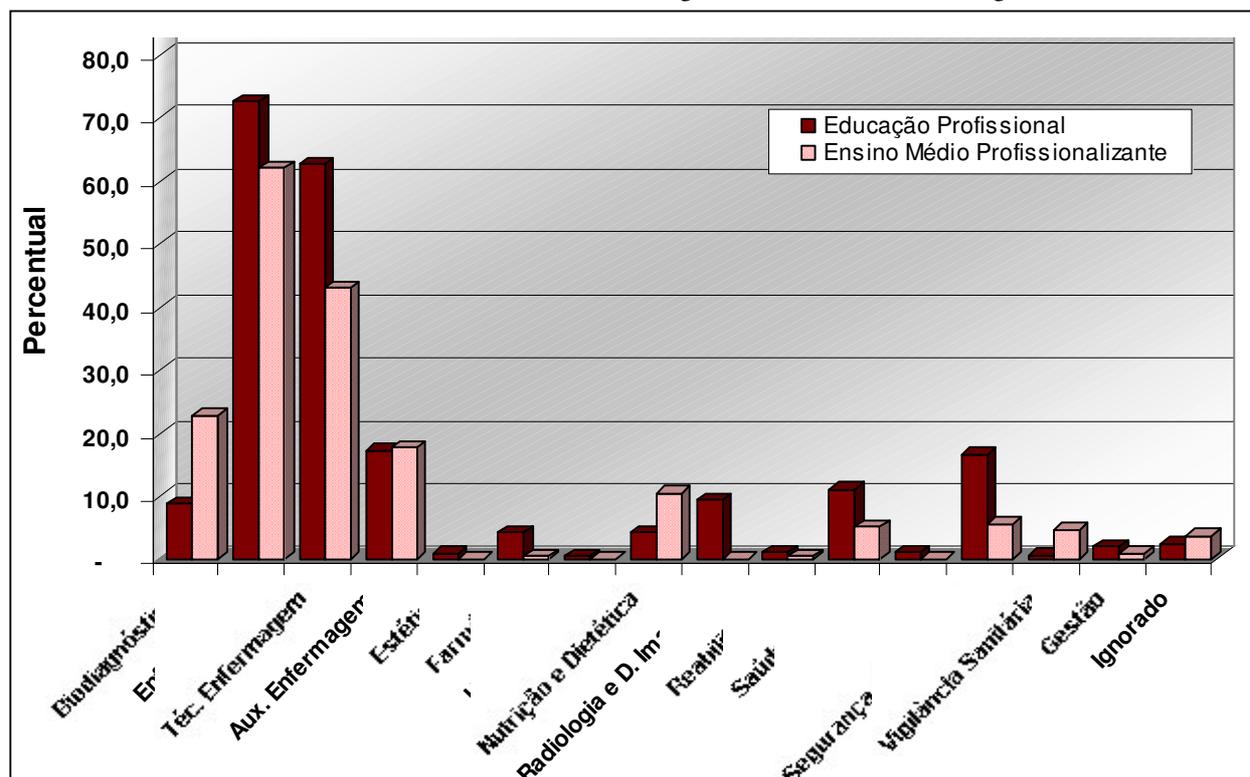
Com relação ao setor privado, destacamos que, se por um lado, no conjunto das instituições da *modalidade 1*, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) dispõe de uma estrutura pequena (7,7%), por outro, quando comparado ao setor público verifica-se que, no Brasil, sua estrutura é maior que a federal. Há diferenças entre as regiões. Na região Sudeste, o número de estabelecimentos do Senac é quase o dobro das esferas federal e municipal juntas; enquanto na região Nordeste não há nenhum estabelecimento do Senac (tabela 3).

Visualizando a estrutura do sistema de ensino por subáreas de formação, ressaltamos que do total das 785 instituições que atuam com a *modalidade 1*, 72,6%, ou 570 estabelecimentos, constituem a estrutura de formação da subárea de Enfermagem no país. Percebe-se através das tabelas 7 e 9 que entre as instituições de Enfermagem, 492 estruturam a formação do técnico de enfermagem (62,7%); e 135, dos auxiliares de enfermagem (17,2%). Consideramos como *ignorado* (as) 60 instituições (ou 7,6%) identificadas no geral com a formação em Enfermagem, porém sem definição clara, se de técnico, ou de auxiliar de enfermagem. Na *modalidade 2*, do total das 291 instituições, 136 destas (62,1%), constituem a estrutura para a formação na subárea de Enfermagem no país. Entre elas, como pode ser verificado nas tabelas 8 e 10, a grande maioria, ou seja, 94 instituições atuam na formação dos técnicos (42,9%); 39 na formação dos auxiliares (17,8%); e 3 instituições sem identificação (1,4%).

Pode-se identificar, ainda, através das tabelas 7 e 9, que além da estrutura física do sistema formador ser centrada fundamentalmente na subárea de Enfermagem, aparece primordialmente de técnico de enfermagem; na *modalidade 1*, o sistema educacional encontra-se mais diversificado em relação às subáreas de formação, ou seja, contempla as 13 (treze) subáreas do setor saúde consideradas na análise. Na *modalidade 2*, a estrutura encontra-se centrada também na subárea de Enfermagem, particularmente de técnico; o sistema educacional apresenta-se de forma menos diversificada em relação às outras subáreas

de saúde, ou seja, contempla apenas 9 (nove) subáreas, não contando, portanto, com estrutura para formação em Estética, Hemoterapia, Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde e Saúde Visual (tabelas 8 e 10).

Gráfico 2: Distribuição percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Subáreas da Saúde e Categorias na Subárea de Enfermagem. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

Na realidade, a estrutura nacional das subáreas reflete a dinâmica da região Sudeste. Tratando-se da *modalidade 1*, ela é a única região do país, segundo o Censo Escolar, que cobre todas as subáreas de saúde; e na modalidade 2, não conta, apenas, com instituições para a subárea de Farmácia (tabelas 7 e 8).

Estas características da estrutura física do sistema formador em relação às subáreas, e em especial da subárea de enfermagem, orientam de forma decisiva, a oferta de cursos no país, que será analisada no item III.2.

Estabelecimentos de Educação Profissional na Subárea de Enfermagem

Conforme mencionado anteriormente, do total de estabelecimentos (785) que representam a Educação Profissional na área de saúde, 72,6% oferecem cursos na subárea de Enfermagem. Em relação aos estabelecimentos de Ensino Médio Profissionalizante, verifica-se que dos 219 estabelecimentos existentes, 62,1% oferecem cursos na subárea de Enfermagem. Ressalta-se que a mesma escola pode oferecer cursos técnicos em outras subáreas do setor (tabelas 3 e 4).

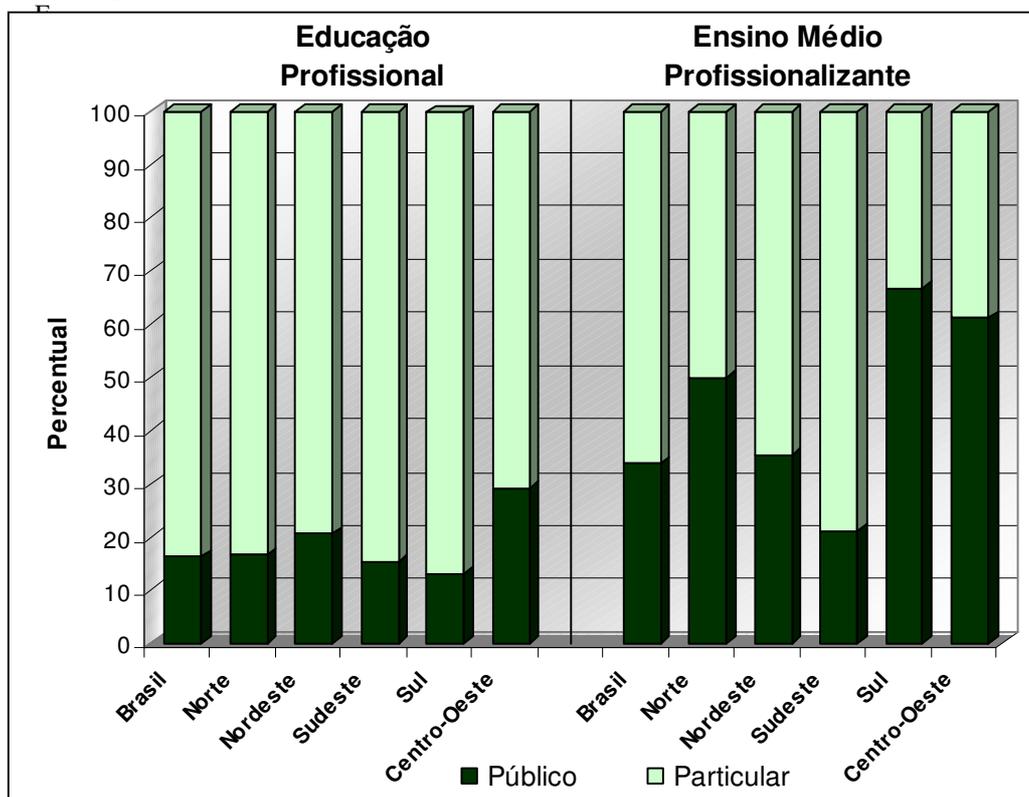
Considerando que essa categoria é a mais demandada pelo mercado de trabalho em saúde, já era esperada que a grande proporção de estabelecimentos que oferecem cursos de saúde privilegiassem cursos na área de enfermagem. Visualiza-se, assim, que o sistema formador traça paralelo com o mercado de trabalho em saúde, já que conta com uma maior estrutura de ensino na subárea em que o mercado de trabalho setorial detém maior número de trabalhadores.

A análise da distribuição dos estabelecimentos de Enfermagem apresenta a mesma tendência anteriormente apontada para a área de saúde. Ou seja, verifica-se concentração dos estabelecimentos na região Sudeste, as instituições privadas detém grande número de estabelecimentos de Educação Profissional e, entre os estabelecimentos públicos, destacam-se os estaduais.

O Censo Escolar 2001 mostra que há concentração dos estabelecimentos de Enfermagem na região Sudeste pois, do total de 570 estabelecimentos de Enfermagem que atuam com a *modalidade 1*, 383 (ou 67,2%) estão aí localizados. Na *modalidade 2*, nota-se que entre 136 estabelecimentos, 73 (ou 53,7%) também encontram-se nesta região.

Em relação à distribuição dos estabelecimentos de Enfermagem segundo esfera administrativa, observa-se que, enquanto na *modalidade 1* as instituições privadas detém maior número de instituições (70,3% dos estabelecimentos de cursos de Enfermagem); na *modalidade 2* as instituições públicas possuem importante participação em três regiões — Sul (66,7%), Centro-Oeste (61,1%) e Norte (50,0%), conforme pode ser observado nas tabelas 3 e 4.

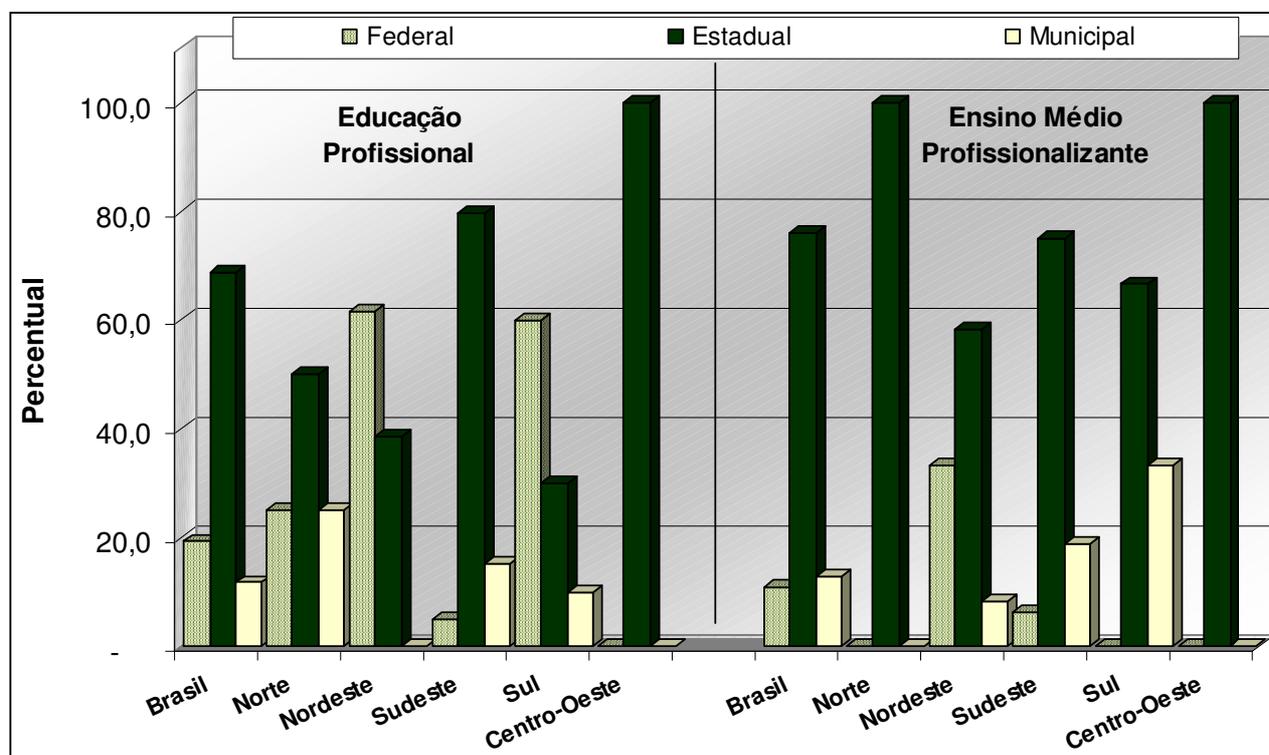
Gráfico 3: Participação percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem nas Esferas Administrativas segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/MEC / INEP

No setor público verifica-se que, em ambas as modalidades de ensino técnico em Enfermagem no Brasil, a maioria das instituições pertencem aos governos estaduais. Por exemplo, na *modalidade 1*, do total de 93 estabelecimentos públicos de Enfermagem, 64 (68,8%) estão vinculados aos governos estaduais; na *modalidade 2*, entre os 46 estabelecimentos públicos de Enfermagem, 35 (76,0%) são dos governos estaduais. O Censo Escolar aponta que na região Centro-Oeste apenas os governos estaduais contam com estabelecimentos de Enfermagem, em ambas as modalidades de ensino.

Gráfico 4: Participação percentual de Estabelecimentos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

Em relação aos estabelecimentos públicos destacamos: (a) a estrutura do setor público federal é superior à estadual nas regiões Nordeste e Sul; e (b) entre os níveis de governo do setor público, a esfera municipal conta com reduzida capacidade instalada em todas as regiões brasileiras. Entretanto, na *modalidade 2* a estrutura municipal é um pouco maior que a federal (tabelas 3 e 4).

III.2 – CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E NA SUBÁREA DE ENFERMAGEM

No Brasil, de acordo com o Censo Escolar 2001 (tabelas 11 e 12), existem 1.463 cursos técnicos em saúde, sendo 1.201 (82,1%) da *modalidade 1* e 262 (17,9%) da *modalidade 2*. Destes, 315 cursos (21,5%) são oferecidos pelo setor público e 1.148 (78,5%)

pelo setor privado. Ambos os setores tendem a concentrar a sua oferta na *modalidade 1*. No país, quanto ao setor público o nível estadual é o maior ofertante de cursos técnicos em saúde (64,4%), seguido pelo nível federal (25,4%) e municipal (10,2%).

Na subárea de enfermagem temos, no país, 828 cursos técnicos que equivalem a 56,6% do total de cursos oferecidos no setor saúde (tabelas 11 e 12). Destes, 83,0% (ou 687) são da *modalidade 1* e 17,0% (ou 141) são da *modalidade 2*. A maioria dos cursos de nível técnico em enfermagem oferecidos no país, são do setor privado (81,8%). No setor público, 72,2% dos cursos técnicos em enfermagem, são oferecidos no âmbito estadual, 16,0% no âmbito federal e 11,8% no âmbito municipal. Ambos os setores – público e privado, tendem a concentrar a sua oferta nos cursos da *modalidade 1*. O Senac não oferece nenhum curso de ensino médio profissionalizante em enfermagem (tabela 12) e na *modalidade 1* a sua oferta é quase o dobro da oferta de cursos dos níveis federal e municipal juntos (tabela 11), ou seja, essa instituição concentra a oferta de cursos técnicos em saúde e, particularmente da subárea de enfermagem, nessa última modalidade.

Esses dados reforçam que, no Brasil, no âmbito do setor público, os governos estaduais têm uma participação importante na oferta de cursos de nível técnico em saúde e, em particular, na subárea de enfermagem.

Analisando ambas as modalidades de ensino por grandes regiões, entretanto, verificamos que o setor privado mantém, em cada uma delas, uma oferta total de cursos técnicos em saúde muito superior ao setor público, exceto em algumas regiões (Norte, Sul e Centro-Oeste) onde este último apresenta uma maior oferta de cursos da *modalidade 2* (tabela 12). No âmbito do setor público, observa-se que nas regiões Norte (57,1%), Nordeste (57,1%) e Sul (53,3%) é a esfera federal que oferece maior número de cursos da *modalidade 1* na área de saúde (tabela 11); já na *modalidade 2*, a maior oferta encontra-se na esfera estadual (tabela 12).

Podemos dizer que, nessas regiões, há um equilíbrio entre a oferta dos setores público federal e estadual, visto que a diferença de oferta não é grande e que isto pode estar refletindo também problemas na coleta de dados. Mas, sem dúvida, o Censo Escolar 2001 demonstra que, no âmbito do setor público, considerando-se ambas as modalidades, é nas regiões Sudeste e Centro-Oeste que os governos estaduais tem uma presença marcante na oferta de cursos técnicos em saúde, representando respectivamente, 73,4% e 88,5% dessa oferta. Além

disso, considerando especificamente os cursos da *modalidade 2* (tabela 12), observa-se que, em todas as regiões, é o nível estadual que concentra esse tipo de oferta, por razões decorrentes da própria determinação constitucional que incumbe aos Estados a responsabilidade pela oferta do ensino médio ou formação geral.

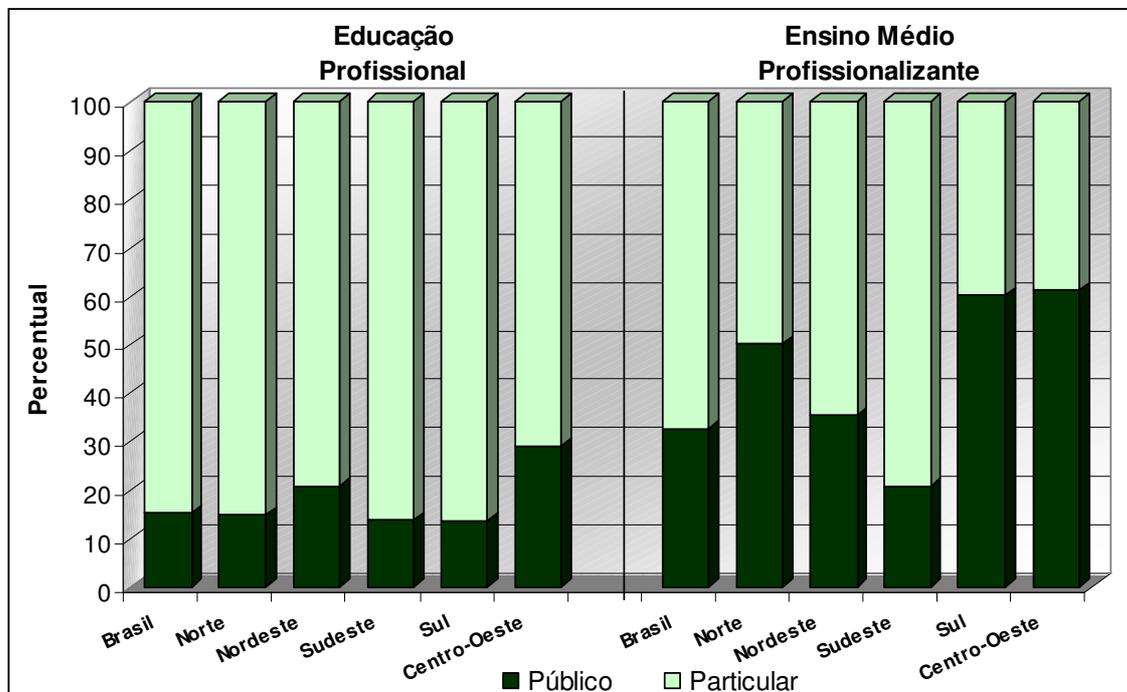
Os dados da tabela 12 podem estar indicando que, no nível federal, a Reforma do Ensino, que separa ensino médio e educação profissional, está se desenvolvendo mais rapidamente, o que poderia explicar o maior número de cursos da *modalidade 1* nessa esfera em três das cinco regiões brasileiras. Nos Estados, ao contrário, o processo de reformulação é mais lento, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o número de cursos técnicos da *modalidade 2* é superior aos da *modalidade 1*.

Em relação ao setor privado, chama a atenção o fato do Senac não oferecer nenhum curso técnico da *modalidade 1* na região Nordeste e apenas 1 (um) na Região Norte (tabela 11), e que ofereça apenas 1 (um) curso de ensino médio profissionalizante em saúde na região Sudeste (tabela 12).

Quanto a oferta de cursos de nível técnico na subárea de enfermagem segundo as regiões brasileiras, levando em consideração as duas modalidades de ensino (tabelas 11 e 12), essa subárea representa do total de cursos técnicos em saúde, 59,2% na região Norte, 78,7% na região Nordeste, 52,6% na região Sudeste, 58,0% na região Sul, e 65,3% na região Centro-Oeste. Ou seja, é um dos principais cursos técnicos em saúde oferecidos em todas as regiões brasileiras, seja pelo setor público, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, nas quais essa oferta representa, respectivamente, 77,0% e 65,1%; seja pelo setor privado, principalmente nas regiões Nordeste, Norte e Sul, onde a oferta desse curso representa, respectivamente, 84,7%, 68,6%, e 66,1%, do total de cursos técnicos em saúde. Os dados do Censo Escolar indicam que nessas regiões, tanto a oferta do setor público como do setor privado, é pouco diversificada, tendendo a concentrar-se na subárea de enfermagem.

Tratando-se da *modalidade 1* (tabela 11), observa-se que a oferta do setor privado é superior a do setor público em todas as regiões. Ao contrário, na *modalidade 2* (tabela 12), a sua oferta é superior a do setor público apenas nas regiões Nordeste e Sudeste. O Senac só oferece cursos técnicos de enfermagem da *modalidade 1* mas, chama atenção, que não ofereça essa modalidade na subárea de enfermagem na região Nordeste e ofereça apenas 1 (um) curso na região Norte (tabela 11).

Gráfico 5: Participação percentual de Cursos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem segundo Esfera Administrativa por Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/MEC/INEP

O setor público, em todas as regiões, oferece principalmente, cursos técnicos de enfermagem da *modalidade 1*, exceto na região Centro-Oeste onde a oferta de ensino médio profissionalizante em enfermagem não só é maior, como é o único curso técnico em saúde oferecido sob essa modalidade (tabela 12). Chama atenção o pequeno número de cursos de enfermagem oferecidos pelo setor público na região Norte do país, em ambas as modalidades de ensino (tabelas 11 e 12), o que talvez esteja indicando, principalmente, subregistro do Censo Escolar.

Quanto à distribuição geográfica dos cursos técnicos na área de saúde, verifica-se que é na região Sudeste onde se concentra a oferta de cursos em ambas as modalidades. O setor público oferece nessa região 187 cursos (ou 59,4%) e o privado 854 cursos (ou 74,4%). A região Norte é onde há a menor oferta de cursos técnicos em saúde em ambas as modalidades, sendo que o setor público oferece 14 (quatorze) cursos (ou 4,4%) e o setor privado 35 (trinta e cinco) cursos (ou 3,0%) (tabelas 13 e 14).

Em ambas as modalidades de ensino, o setor privado e o Senac, em particular,

concentram na região Sudeste a maior parte das suas ofertas de cursos técnicos em saúde. Na *modalidade 1* (Tabela 13), respectivamente, 74,8% e 85,0%; e na *modalidade 2* (tabela 14), respectivamente, 71,7% e 100,0%, o que é decorrente certamente da concentração, nessa região, da maior estrutura física de estabelecimentos médico-hospitalares.

No setor público, o nível federal oferece a maioria dos seus cursos da *modalidade 1* (23 ou 39,7%) na região Sudeste (tabela 13), enquanto os cursos da *modalidade 2* (tabela 14) são oferecidos, em sua maioria (10 ou 45,5%), na região Nordeste, e não são oferecidos na região Centro-Oeste. No âmbito estadual, é na região Sudeste que se concentram os cursos de saúde em ambas as modalidades, sendo que, é nessa região também que há maior oferta de cursos da esfera municipal.

Quanto à distribuição geográfica dos cursos técnicos de enfermagem, verifica-se o mesmo fenômeno: concentração da oferta de cursos, em ambas as modalidades, tanto pelo setor público (81 ou 53,6%) como privado (467 ou 69,0%), na região Sudeste (tabelas 13 e 14). Entretanto, quando se analisa por modalidade de ensino, verifica-se que a oferta de cursos da *modalidade 2* (tabela 14) pelo setor público, é mais equilibrada entre as regiões, exceto na região Norte que tem apenas 1 (um) curso público. Em se tratando da oferta de cursos técnicos da *modalidade 1* (tabela 13), tanto o setor público como o privado concentram a oferta na região Sudeste. O Senac não oferece cursos médios profissionalizantes na área de enfermagem, concentrando-se na oferta de cursos da *modalidade 1* que, na sua maioria, estão na região Sudeste (29 ou 72,5%), e só oferece um curso de educação profissional em enfermagem na região Norte e não oferece esse tipo de curso na região Nordeste (tabela 13).

O setor público federal oferece cursos de educação profissional de nível técnico em enfermagem (tabela 13), principalmente na região Nordeste (9 ou 47,4%), seguido das regiões Sul (6 ou 31,6%), Sudeste (3 ou 15,8%), Norte (1 ou 5,3%), e não oferece na região Centro-Oeste. Na *modalidade 2* (tabela 14), concentra a sua oferta também na região Nordeste (4 ou 80,0%), seguido da região Sudeste (1 ou 20,0%) e não oferece essa modalidade nas outras regiões do Brasil. No âmbito estadual, a maior oferta de cursos técnicos de enfermagem da *modalidade 1* (53 ou 71,6%) e da *modalidade 2* (12 ou 34,3%), é na região Sudeste. A menor oferta, em ambas as modalidades de ensino, encontra-se nas regiões Norte e Sul. A oferta de cursos da *modalidade 1* (tabela 13), pela esfera municipal, se concentra na região Sudeste (9 ou 75,0%) e não há oferta, segundo o Censo Escolar, em municípios das regiões Nordeste e

Centro-Oeste. Na *modalidade 2* (tabela 14) há 3 cursos (50,0%) na região Sudeste, e sem oferta municipal nas regiões Norte e Centro-Oeste. Cabe ressaltar porém, que por determinação constitucional, os governos municipais, prioritariamente, são responsáveis pela oferta e manutenção da rede de ensino fundamental no país, sendo os maiores beneficiários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef.

Oferta de Cursos Técnicos por Subáreas do Setor Saúde

As tabelas 15 e 16 mapeiam a oferta de cursos de nível técnico na área de saúde em geral e na enfermagem, em particular, no Brasil e nas grandes regiões, por modalidade de ensino: educação profissional (tabela 15) e ensino médio profissionalizante (Tabela 16). A oferta de cursos foi organizada, como referido no item 2 do estudo, com base nas doze subáreas que compõem o setor saúde segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, publicado em 2000 (Brasil/MEC, 2000). No presente estudo, entretanto, optamos por agregar a subárea de Gestão, pois, não só é uma subárea tradicional com habilitações em saúde reconhecidas pelo MEC, desde a década de 70 do século passado, como no levantamento realizado, surgem ofertas de cursos nessa área. Nela agregamos todos os cursos identificados como Administração Hospitalar, Gestão em Saúde e Registros e Informações em Saúde. Segundo o Censo Escolar 2001, não há oferta de cursos de educação profissional de nível técnico em tradicionais subáreas da saúde, tais como: Saúde Mental e Manutenção de Equipamentos em Saúde.

A primeira questão que se verifica quando analisamos as duas modalidades de ensino, é que a oferta de cursos da *modalidade 1* (tabela 15), no país, contempla as treze subáreas, enquanto os cursos oferecidos na *modalidade 2* (tabela 16) contemplam apenas nove subáreas. Ou seja, a oferta de cursos de Educação Profissional, segundo a nova legislação de ensino, é mais diversificada do que a oferta de cursos de ensino médio profissionalizante, organizados com base na Lei 5.692/71.

Entretanto, a única região do país que oferece cursos da *modalidade 1* em todas as subáreas é a Sudeste. A região Sul oferece cursos em dez subáreas, a Centro-Oeste em nove, a Nordeste em oito e a Norte em sete. Das treze subáreas profissionais do setor saúde, em

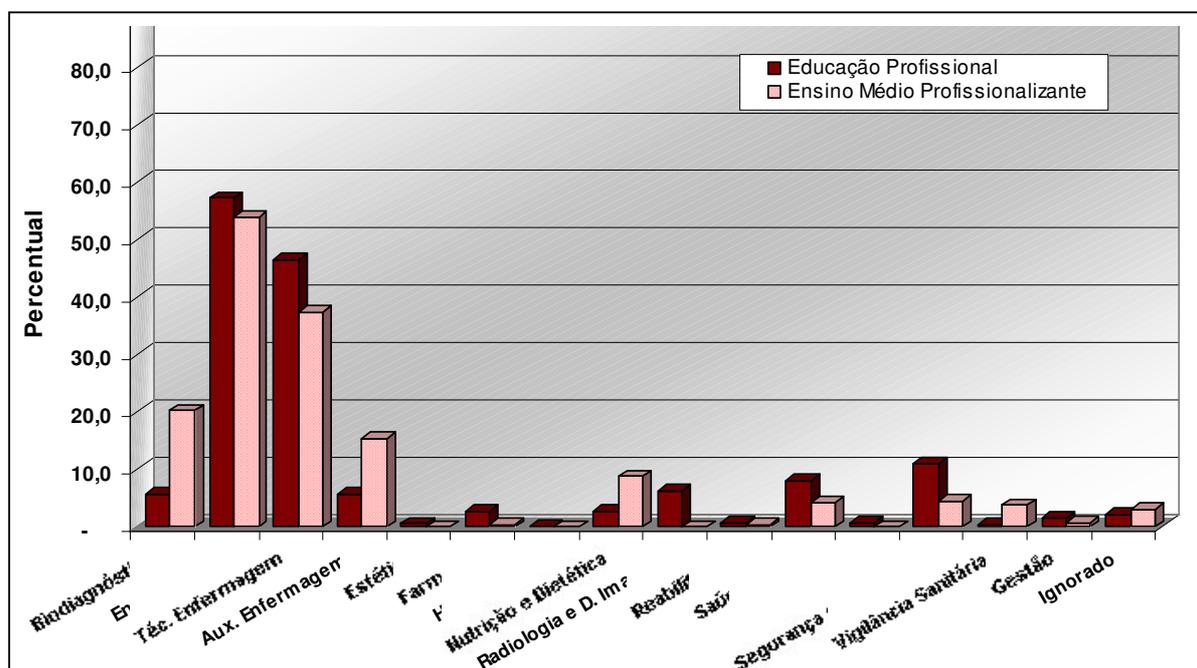
análise, quatro subáreas não são oferecidas em três regiões: Estética, Reabilitação, Saúde Visual e Gestão. As três primeiras subáreas, segundo o Censo Escolar, não são oferecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; enquanto a subárea de Gestão, não é ofertada nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. A subárea de Hemoterapia não é oferecida nas regiões Norte e Sul assim como as subáreas de Radiologia e Diagnóstico por Imagem e Vigilância Sanitária na região Norte; a subárea de Farmácia na região Sul; e a subárea de Saúde Bucal, na região Nordeste.

Portanto, de acordo com o Censo, as únicas subáreas oferecidas na *modalidade 1* (tabela 15) em todas as regiões brasileiras são: Biodiagnóstico, Enfermagem, Nutrição e Dietética, e Segurança do Trabalho. Contudo, por ordem decrescente de oferta desses cursos no Brasil, temos: Enfermagem (687 cursos ou 57,2%), Segurança do Trabalho (131 cursos ou 10,9%), Saúde Bucal (97 cursos ou 8,1%), Radiologia e Diagnóstico por Imagem (75 ou 6,2%), e Biodiagnóstico (70 cursos ou 5,8%). Essa ordem varia muito pouco entre as regiões e expressa fundamentalmente o perfil de oferta da região Sudeste.

Chama a atenção, a pequena oferta de cursos de educação profissional no país, nas subáreas de Hemoterapia e Vigilância Sanitária, e a concentração na região Sudeste, de subáreas importantes para o conjunto das regiões brasileiras, tais como: Biodiagnóstico, Saúde Bucal e Gestão em Saúde. A região com menor oferta de cursos dessa modalidade no Brasil, é a região Norte.

Das treze subáreas, a enfermagem é o principal curso de educação profissional de nível técnico oferecido no Brasil e nas grandes regiões. Segundo o Censo, existem no país, 687 cursos de educação profissional em enfermagem (57,2%), sendo 492 cursos de técnicos de enfermagem (46,4%) e 135 cursos de auxiliares de enfermagem (12,7%). Foram considerados ignorados os cursos que não identificam a modalidade de curso adequadamente, ou seja, referiam apenas “Enfermagem”, num total de 60 cursos (5,7%) (tabela 15).

Gráfico 6: Distribuição percentual de Cursos de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Subáreas da Saúde e Categorias na Subárea de Enfermagem. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

Por ordem de oferta, essa subárea representa 82,8% do total das subáreas ou cursos de educação profissional em saúde oferecidos na região Nordeste, 69,2% na região Norte, 60,4% na região Sul, 55,4% na região Centro-Oeste, e 53,6% na região Sudeste. Nesta última região onde existe a maior diversidade da oferta de cursos técnicos, encontra-se em termos relativos, a menor concentração de cursos técnicos de enfermagem embora numericamente, ofereça a maior quantidade de cursos entre todas as regiões do país.

De acordo com a discussão que fizemos no item 2 do estudo, a cobertura do Censo Escolar no que diz respeito aos cursos de técnicos de enfermagem existentes no país é de 49%. É uma cobertura considerada boa e reflete com mais fidedignidade a oferta dessa modalidade de curso no país. Essa conclusão só foi possível porque fizemos a comparação entre o cadastro de estabelecimentos do Cofen e a base de dados do Censo Escolar, motivados pela pequena oferta de cursos de auxiliares de enfermagem constatada na base de dados do Censo. Dessa forma, se aplicarmos o fator de correção sobre a oferta desses cursos em cada região brasileira, observa-se que a única que oferece mais cursos de técnicos do que de auxiliares de enfermagem é a região Sul, e pelo setor privado, como veremos adiante.

Entretanto, essa conclusão não pode ser generalizada para o conjunto de subáreas

existentes e alguns sinais sugerem que a cobertura do Censo para as demais subáreas devem ser analisadas com cuidado. Tomemos como exemplo as subáreas Reabilitação e Saúde Bucal que, de acordo com o Censo, não são oferecidas na região Nordeste.

No ano 2000, o Profae/MS, realizou um diagnóstico das Escolas Técnicas do SUS (Brasil/MS, 2000), abrangendo todas as regiões brasileiras, exceto a região Norte onde não há, até o momento, nenhuma ETSUS em funcionamento. Na região Nordeste, das 6 (seis) escolas existentes – Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, 5 (cinco) oferecem cursos de Auxiliar de Consultório Dentário (ACD) e/ou Técnico de Higiene Dental (THD), e 1 (uma) oferece curso de educação profissional de nível técnico de Ortoprotético. Dessas escolas, apenas 2 (duas) – Alagoas e Paraíba, participaram do Censo Escolar, sendo que a primeira não oferece cursos em nenhuma das duas subáreas citadas e a segunda oferecia, à época do diagnóstico, curso de ACD da subárea de Saúde Bucal.

Em outras palavras, o fato de não aparecer oferta de cursos em determinadas subáreas pode não significar ausência de oferta mas ausência de registro do Censo Escolar. Por outro lado, com relação a subárea de enfermagem, queremos enfatizar o fato do Censo Escolar refletir muito mais a realidade da oferta dos cursos de técnicos do que de auxiliares de enfermagem. Conforme discutimos no item 2, a relação entre a oferta de uma e outra modalidade de curso é inversa, ou seja, temos no país, 984 cursos de técnicos de enfermagem e 2.295 cursos de auxiliares de enfermagem e não 492 e 135 cursos, respectivamente. As hipóteses levantadas para essa inversão já foram discutidas no referido item 2 do estudo.

Quanto à oferta de cursos técnicos em saúde sob a *modalidade 2* – ensino médio profissionalizante (tabela 16), no país, como já referimos, ela é menos diversificada do que na *modalidade 1*, já que contempla apenas nove subáreas profissionalizantes. Ao contrário da primeira modalidade, nenhuma região do país oferece cursos da *modalidade 2* em todas as subáreas sob análise. As regiões Sudeste e Sul oferecem cursos técnicos em oito subáreas, as regiões Norte e Nordeste em cinco, e a região Centro-Oeste em duas apenas.

Segundo o Censo Escolar, das nove subáreas profissionais do setor saúde oferecidas nessa modalidade, duas – Farmácia e Reabilitação, não são oferecidas em quatro regiões. A primeira só é oferecida na região Sul, e a segunda na região Sudeste. Duas subáreas – Saúde Bucal e Gestão, não são oferecidas em três regiões. Ambas são oferecidas somente nas regiões Sudeste e Sul. Três subáreas – Nutrição e Dietética, Segurança do Trabalho e

Vigilância Sanitária, não são oferecidas apenas na região Centro-Oeste.

Sendo assim, as únicas subáreas oferecidas sob a *modalidade 2* (tabela 16), em todas as regiões brasileiras são: Biodiagnóstico e Enfermagem. Por ordem de oferta de cursos no Brasil, entretanto, temos Enfermagem (141 cursos ou 53,8%), Biodiagnóstico (53 cursos ou 20,2%), Nutrição e Dietética (23 cursos ou 8,8%), Segurança do Trabalho (12 ou 4,6%), e Saúde Bucal (11 cursos ou 4,2%). Essa ordem também varia pouco entre as regiões, expressando fundamentalmente o perfil de oferta da região Sudeste. A região com menor oferta de cursos dessa modalidade na área de saúde é a região Centro-Oeste. Nessa modalidade não são oferecidos cursos, em nenhuma região, nas subáreas de Estética, Hemoterapia, Radiologia e Diagnóstico por Imagem e Saúde Visual.

Das nove subáreas, a enfermagem é o principal curso de ensino médio profissionalizante oferecido no Brasil e nas grandes regiões, exceto na região Norte onde predomina a subárea de Biodiagnóstico. Segundo o Censo, existem no país, 141 cursos de ensino médio profissionalizante em enfermagem (53,8%), sendo 98 cursos de técnicos de enfermagem (37,4%) e 40 cursos de auxiliares de enfermagem (15,3%). Os cursos ignorados, por falta de identificação adequada, equivalem são 3 (1,1%).

Essa subárea representa 94,7% do total das subáreas ou cursos oferecidos na região Centro-Oeste, 70,8% na região Nordeste, 47,5% na região Sudeste, 43,5% na região Sul, e 20,0% na região Norte. Nessa última região, a principal subárea oferecida nessa modalidade de ensino é Biodiagnóstico e, na subárea de Enfermagem, é a única região do país, segundo o Censo, onde não há oferta de cursos de auxiliares de enfermagem.

Quanto à distribuição geográfica da oferta de cursos técnicos de saúde no país, em ambas as modalidades de ensino (tabelas 17 e 18), os dados reafirmam as considerações anteriores. Na sua maioria, os cursos, particularmente os da subárea de Enfermagem, estão concentrados na região Sudeste, com algumas variações de oferta das subáreas entre as regiões.

Na *modalidade 1* (tabela 17), a subárea Hemoterapia, com 3 (três) cursos em todo o país, se distribui entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, com 1 (um) (33,3%) curso em cada região. A subárea Saúde Visual, com 8 (oito) cursos no país, se distribui nas regiões Sudeste (5 cursos ou 62,5%) e Sul (3 cursos ou 37,5%). A subárea Vigilância Sanitária, com 5 (cinco) cursos no país, se distribui nas regiões Centro-Oeste (2 cursos ou

40,0%), Nordeste (1 curso ou 20,0%), Sudeste (1 curso ou 20,0%) e Sul (1 curso ou 20,0%).

Na *modalidade 2* (tabela 18), o único curso da subárea de Farmácia oferecido no país, segundo o Censo, está localizado na região Sul, e da subárea de Gestão, com 2 (dois) cursos no país, estão localizados nas regiões Sudeste e Sul, com 1 (um) curso (50,0%) em cada região.

Com relação à distribuição dos cursos de educação profissional em Enfermagem (tabela 17), ambas as modalidades de curso – técnico e auxiliar, estão concentradas na região Sudeste. Na *modalidade 2* (tabela 18), os cursos de técnicos de enfermagem concentram-se na região Sudeste, enquanto que os cursos de auxiliar de enfermagem distribuem-se basicamente entre as regiões Sudeste (18 ou 45,0%) e Nordeste (14 ou 35,0%).

As tabelas 19 e 20 apresentam a distribuição dos cursos técnicos da subárea de Enfermagem (técnico e auxiliar) por esfera administrativa e grandes regiões. Analisando ambas as modalidades de curso no país, observa-se que 80,5% dos cursos (ou 475) de técnicos de enfermagem e 86,9% dos cursos (ou 152) de auxiliares de enfermagem são oferecidos pelo setor privado. Também são desse setor, a maioria dos cursos (50 ou 79,4%) classificados como ignorados por falta de identificação adequada.

Apesar dos setores público e privado privilegiarem, entre as duas modalidades de ensino, a oferta de cursos de educação profissional, observa-se que, o primeiro tem uma oferta maior de cursos de ensino médio profissionalizante nas regiões Sul e Centro-Oeste (tabela 20), enquanto o segundo detém a maior oferta de cursos de educação profissional em todas as regiões brasileiras (tabela 19). Como já observamos, a tendência é a eliminação progressiva do ensino médio profissionalizante como uma modalidade de ensino, conforme os alunos forem concluindo esses cursos, ao mesmo tempo que as escolas organizam de forma independente e complementar o ensino médio da educação profissional. Como já salientamos anteriormente, o fato do setor público ter uma maior experiência acumulada na oferta dessa modalidade de ensino, sugere que, potencialmente, esse setor ofereça cursos de educação profissional de melhor qualidade, decorrente da articulação necessária deste com o ensino médio dentro de uma mesma instituição escolar.

Por outro lado, queremos ressaltar que se fossemos aplicar aqui o fator de correção conforme descrito no item 2 do estudo, observa-se que, no país, ambos os setores privilegiam a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem. Entretanto, enquanto o setor público oferece

160 cursos (40,2%) de técnicos e 238 (59,8%) de auxiliares, o setor privado oferece 824 cursos (28,6%) de técnicos e 2.057 cursos (71,4%) de auxiliares⁵. Ou seja, essa correção demonstra que o setor privado, mais que o público, privilegia fundamentalmente a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem pois, por terem carga horária menor, supõe a reposição mais imediata dessa força de trabalho no mercado de trabalho em saúde. De outro modo, reforça a idéia de que o setor público tende a privilegiar a formação de trabalhadores técnicos em enfermagem com qualificação escolar mais elevada.

Essa idéia tende a ser reforçada quando se analisa a oferta dos cursos de educação profissional em enfermagem por grandes regiões, conforme tabela 19. Tal qual se apresenta, a oferta de cursos de técnicos, em todas as regiões, é superior ao de auxiliares, tanto no setor público como no privado. Entretanto, quando se aplica o fator de correção verifica-se que em todas elas, exceto na região Centro-Oeste, o setor público, em termos relativos, tende a privilegiar mais que o setor privado, a formação de trabalhadores com o nível médio de ensino, que confere o diploma de Técnico. No setor público, temos desde a região Norte, que segundo o Censo Escolar, só oferece cursos de técnicos de enfermagem, até a região Centro-Oeste que privilegia, como o setor privado, fundamentalmente a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem.

O setor privado, em todas as regiões, como referido, privilegia a oferta de cursos de auxiliares, exceto na região Sul. Nessa região, a aplicação do fator de correção demonstra que, dos 205 cursos técnicos de enfermagem oferecidos, 85 cursos (41,5%) são de auxiliares e 120 cursos (58,5%) são de técnicos. Por outro lado, é nessa modalidade de ensino onde se concentra a maioria dos cursos técnicos de enfermagem do setor privado, com identificação inadequada no Censo, sendo que dos 49 cursos não identificados, 34 cursos (ou 70%) estão na região Sudeste.

Na *modalidade 2* (tabela 20), a modalidade de curso técnico mais oferecido, sem considerar o fator de correção, é o de técnico de enfermagem, tanto pelo setor público como pelo setor privado. De certa forma, em se tratando de ensino médio profissionalizante, no qual os alunos fazem o ensino técnico junto com o ensino médio obrigatoriamente, é coerente esperar que o número de cursos de técnicos seja superior ao de auxiliares. Em outras palavras,

⁵ Esse cálculo está baseado na oferta de cursos de técnicos e auxiliares no Brasil, conforme tabela 19, multiplicando-se o número de cursos de técnicos por 2, e o número de cursos de auxiliares por 17, dos setores público e privado.

é coerente que a preferência do aluno que esteja cursando o ensino médio, seja o diploma de técnico que supostamente valoriza mais o seu ingresso no mercado de trabalho em saúde e não o certificado de auxiliar de enfermagem. É surpreendente observar que nessa modalidade de ensino ainda haja oferta de cursos de auxiliares de enfermagem, talvez sob a antiga denominação de habilitação parcial, que não subsiste na atual legislação da Educação Profissional (BRASIL/MEC, 1999).

De todo modo, entre as regiões brasileiras, verifica-se que o setor público na região Norte, conforme o Censo Escolar 2001, não oferece cursos de auxiliar, e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a oferta majoritária é de cursos de técnico de enfermagem. Quanto ao setor privado, verifica-se que enquanto não oferece cursos de auxiliar na região Norte, na região Centro-Oeste a maior oferta é dessa modalidade de curso. Nas regiões Sudeste e Sul, a oferta majoritária constitui-se de cursos de ensino médio profissionalizante de técnicos de enfermagem.

III.3 – ALUNOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE E NA SUBÁREA DE ENFERMAGEM

Alunos Matriculados nos Cursos de Educação Profissional e no Ensino Médio Profissionalizante na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem

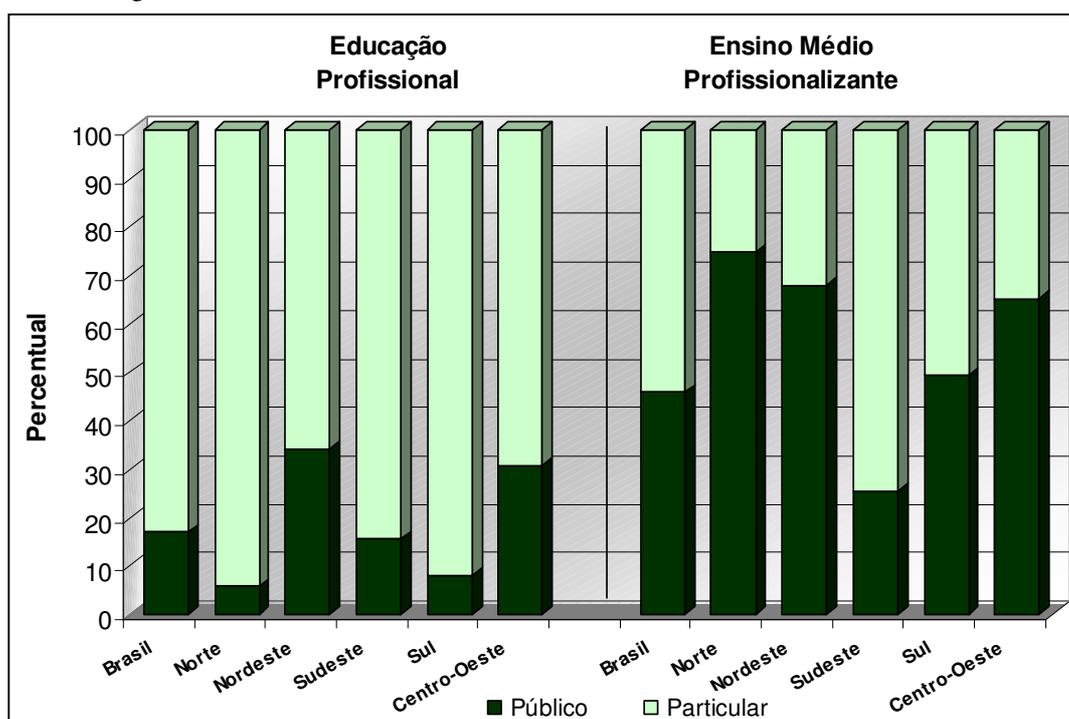
De acordo com os dados do Censo Escolar 2001, as instituições privadas (incluindo o Sistema S) respondem pela maioria das matrículas da Educação Profissional de nível técnico na área da saúde: 85 mil 679 matriculados ou 79,6% do total.

Ao analisar a participação do setor privado na formação técnica da área de saúde na *modalidade 1* nas regiões, verifica-se que a participação do setor privado é menor que a média nacional nas regiões Nordeste (64,9%) e na Centro-Oeste (71,5%), enquanto nas regiões Norte, Sul e Sudeste os percentuais de matriculados em cursos da área de saúde ultrapassam a média nacional, respectivamente 92,5%, 85,7% e 80,2% (tabela 21).

Na subárea de Enfermagem, observa-se a mesma tendência, ou seja, as instituições privadas respondem por 83% das matrículas destes cursos na Educação Profissional no país. Nesta modalidade, de acordo com o Censo Escolar, observamos que 100% dos alunos

matriculados na subárea de enfermagem no setor público, na região Norte, estão nos cursos de técnicos.

Gráfico 7: Participação Percentual dos Alunos Matriculados de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Subárea de Enfermagem nas Esferas Administrativas segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001



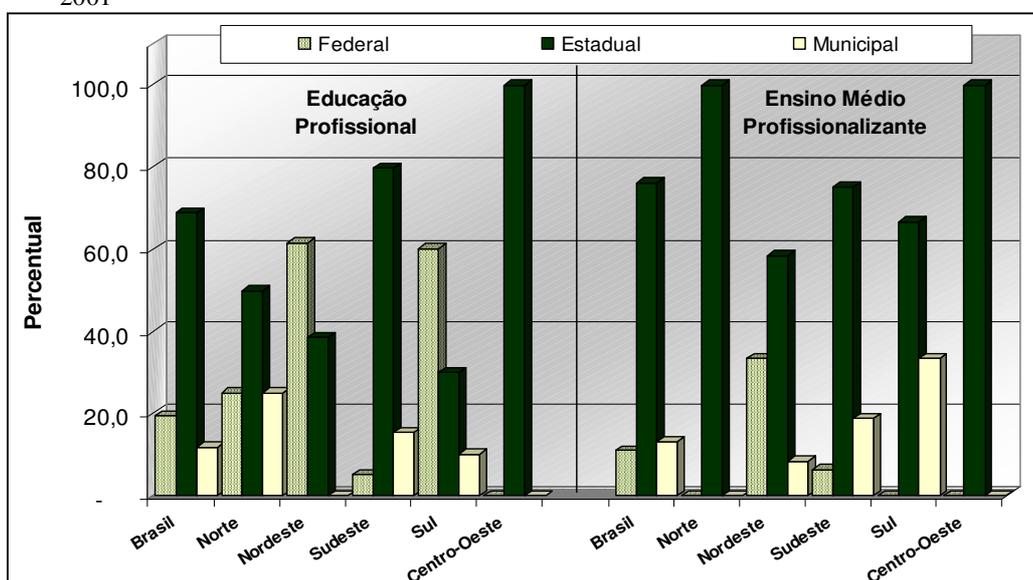
Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

No Ensino Médio Profissionalizante, ao contrário da Educação Profissional, o setor público é representativo no que diz respeito ao quantitativo de alunos matriculados, tanto para os cursos da área da Saúde como da subárea de Enfermagem. Nas regiões Nordeste, Norte, Sul e na Centro-Oeste o setor público registra respectivamente 79,5%, 71,6%, 65,2% e 65,2% das matrículas nos cursos de saúde. Somente no Sudeste o setor privado detém maior quantitativo de matrículas (53,1% dos matriculados em 2001).

Em relação especificamente aos dados de matrículas do setor público na área da saúde na *modalidade 1*, o Censo Escolar 2001 mostra que as matrículas da esfera estadual tem significativa representatividade no setor público de ensino da Educação Profissional de nível técnico. No Brasil, do total de 21.902 alunos matriculados na área de saúde na *modalidade 1* no setor público, 73,3% estão matriculados em escolas estaduais. O Censo Escolar aponta que

apenas 8,0% dos matriculados nesta modalidade em cursos da área de saúde do setor público, no Brasil, são matrículas municipais. Ocorre a mesma tendência na subárea de Enfermagem, ou seja, o setor estadual responde por 78,4% das matrículas de Enfermagem na *modalidade 1* no setor público do país. Nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte as matrículas de cursos de Enfermagem em escolas estaduais respondem por respectivamente 85,8%, 74,5% e 49,7% das matrículas do setor saúde. No Centro-Oeste, todos os alunos matriculados no setor público estão na rede estadual. Somente na região Sul, o quantitativo de alunos matriculados em escolas técnicas federais de Educação Profissional superam o quantitativo de alunos matriculados em escolas estaduais. Na *modalidade 2*, a rede estadual possui o maior quantitativo de alunos nos cursos de saúde, em quase todas as regiões. Apenas na região Norte, observa-se que há uma maior concentração de matrículas na rede federal, com 43,3% na área da saúde nesta modalidade. Nas regiões sudeste e sul, o setor privado concentra os maiores percentuais: 74,6% e 50,6% (tabela 22).

Gráfico 8: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

A partir dos dados levantados pelo Censo, os alunos matriculados nos cursos de técnico são predominantes em todas as regiões, tanto para os estabelecimentos públicos quanto privados. Não estamos aplicando o fator de correção já que não é possível afirmar qual

o porte médio das instituições que responderam. No caso de serem instituições de pequeno porte, o número de alunos matriculados e concluintes torna-se irrelevante. Há sinais, entretanto, como veremos adiante, que as instituições públicas são de maior porte.

Nas instituições públicas da região Nordeste, 58,2% dos alunos matriculados estão nos cursos de técnicos e 40,1% nos cursos de auxiliares. Na região Sudeste, a diferença aumenta bastante: 81,1% de alunos nos cursos de técnicos e 11,1% de alunos nos cursos de auxiliar. No Sul, 47,4% estão matriculados nos cursos de técnicos e 20% nos cursos de auxiliar. No Centro-Oeste, os matriculados nos cursos de técnicos perfazem 80%, enquanto que nos cursos de auxiliar, 10,5% (tabela 25).

No setor privado também encontramos uma quantidade menor de alunos matriculados nos cursos de auxiliar de enfermagem. Na região Norte, 89,7% dos alunos estão nos cursos de técnicos, enquanto que somente 6,7% estão matriculados nos cursos de auxiliar de enfermagem. No Nordeste, o percentual de alunos matriculados nos cursos de técnicos é de 52,6% e nos cursos de auxiliar de enfermagem é de 31,9%.

No Sudeste são 64,4% nos cursos de técnicos de enfermagem e 24,7% nos cursos de auxiliar. No Sul, estes percentuais apresentam, assim como na região Norte, uma diferença bem maior: 84,1% estão matriculados nos cursos de técnicos e somente 7,2% nos cursos de auxiliar. No Centro-Oeste, 72,8% estão matriculados nos cursos de técnicos e 24,9% nos cursos de auxiliar.

O Ensino Médio Profissionalizante apresenta a mesma situação que a Educação Profissional, ou seja, os cursos de técnicos de enfermagem apresentam os maiores contingentes de alunos nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados. Na região Norte, tanto nos estabelecimentos públicos quanto privados não há alunos matriculados nos cursos de auxiliar, 100% estão nos cursos de técnicos de enfermagem. Na região Sudeste, 92,7% dos matriculados nas instituições públicas estão nos cursos de técnicos e, nas privadas, 72,6%. No Sul, as instituições públicas têm 93,6% do total de alunos matriculados nos cursos de técnicos de enfermagem e, 6,4% nos cursos de auxiliar. No Centro-Oeste, os estabelecimentos públicos de ensino têm 82,3% em cursos de técnicos e 17,7% em cursos de auxiliar. Nos estabelecimentos privados, 87,4% estão nos cursos de técnicos e 12,6% nos cursos de auxiliar. Somente na região Nordeste, o percentual de alunos matriculados nos cursos de auxiliar de enfermagem é superior ao de técnicos. Nos estabelecimentos públicos de ensino no

Nordeste, 53% dos alunos matriculados estão nos cursos de auxiliar de enfermagem e 46% nos cursos de técnicos. Todavia, no setor privado a porcentagem de técnicos é maior: 52,6% (tabela 26).

Sexo e Faixa Etária dos Alunos Matriculados nos Cursos de Educação Profissional na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem

O primeiro Censo da Educação Profissional no país, realizado em 1999, mostrou que os homens são maioria em quase todos os cursos técnicos oferecidos segundo as grandes áreas de atividades econômicas; as mulheres são maioria apenas na grande área Serviços, onde elas representam 52,5% do total de alunas dos cursos de nível técnico da Educação Profissional. Este fato se deve, principalmente, pela maior concentração de alunas nos cursos de Administração, Contabilidade e em cursos da área de saúde (MEC,1999).

Em 2001, a modalidade da Educação Profissional no Censo Escolar, apontou que, no Brasil, mais de 74% dos alunos na área da saúde são mulheres. Nos cursos de enfermagem as mulheres são mais de 84% do total de matriculados. Pode-se dizer assim, que a enfermagem é o *carro-chefe* da "feminização" na área da saúde.

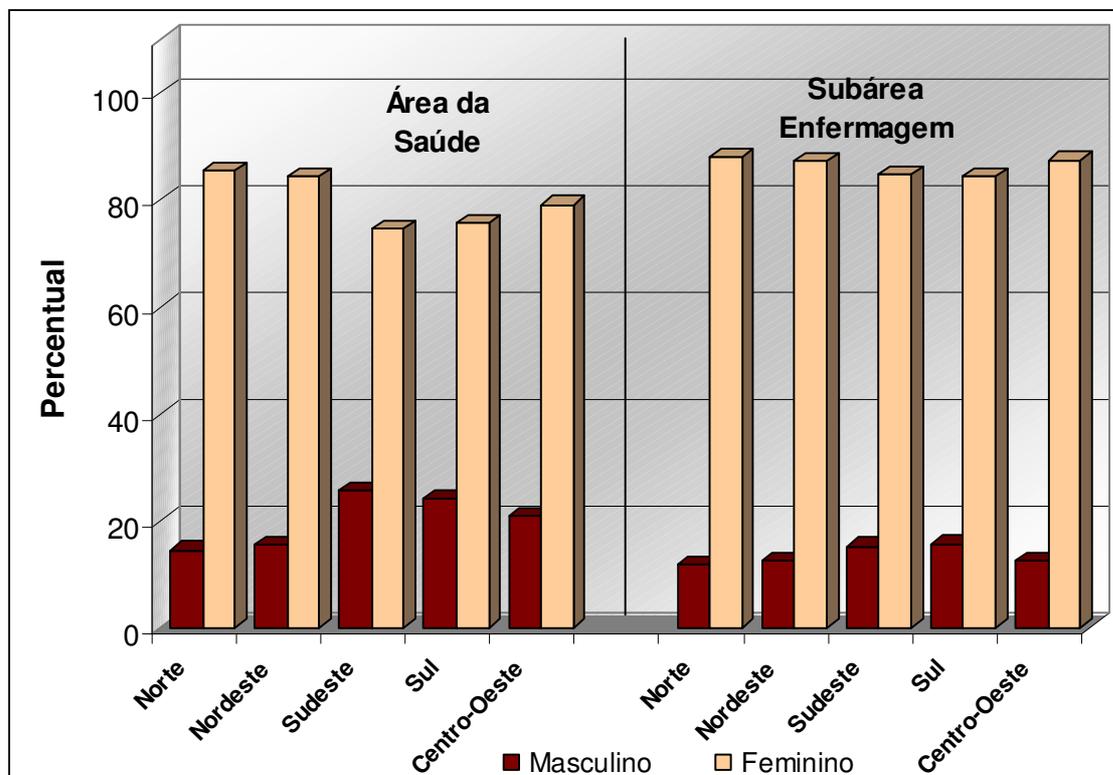
Os dados da tabela 27 reforçam análises relacionadas ao mercado de trabalho em saúde (Médici,1987; Nogueira,1987; Machado,1997), sinalizando para uma hegemonia feminina no perfil dos trabalhadores de saúde a partir da década de 80, do século passado. Essa tendência é ainda mais intensa quando se analisa dados relativos aos profissionais de nível superior. Em 1970, já observa-se que a própria natureza do trabalho de algumas categorias profissionais, especialmente das atividades diretamente relacionadas ao cuidado, era tipicamente feminina e a área de enfermagem representava o exemplo típico dessa situação. Por tradição, as ocupações exercidas por mulheres eram as de parteiras, atendentes e auxiliares de enfermagem, principalmente, mas até então a participação feminina no conjunto da força de trabalho de saúde era relativamente reduzida. Entre 1970 e 1980, a participação feminina nas atividades de saúde evoluiu de 41,5% para 62,9%, indicando, portanto, ao longo da década uma hegemonia feminina no perfil dos trabalhadores de saúde. O maior peso das mulheres na composição relativa do emprego ocorreu mais acentuadamente com profissionais de formação universitária, com tendência similar, embora menos intensa, também para os trabalhadores de saúde de nível médio e elementar (Médici, 1987).

Com base nas Pesquisas Assistência Médica Sanitária do IBGE, Vieira (1998) verifica que a profissão de nível superior que mais cresceu na composição percentual do total de postos de trabalho em saúde, no período 1976-1992, foi a enfermagem, seguida da odontologia e da psicologia, que como já referimos é considerada uma *profissão-gueto*. Na profissão médica, por outro lado, o fenômeno de *feminização* é marcante. Na década de 70, 11% dos profissionais eram mulheres; passando para 22% na década seguinte. Segundo Machado (1997), em 1995, 32% destes profissionais eram mulheres. No entanto, entre os profissionais com menos de 30 anos verificou-se que quase a metade do contingente médico era do sexo feminino. Machado e Belisário (2000), em estudos mais recentes chegam a levantar a hipótese de que nas próximas décadas, a profissão médica passará a vigorar no cenário das profissões liberais como profissão eminentemente feminina, denominando esse fenômeno como “transição de gênero”, dada a progressiva incorporação de mulheres no trabalho médico. Com relação aos trabalhadores de nível médio os dados apontam que já em 1970, 59,2% desta força de trabalho era feminina ampliando-se para 68,8% em 1980.

A hegemonia feminina na área da saúde deve ser explicada considerando-se as particularidades das distintas categorias profissionais. Dessa forma, no caso das profissões de nível superior, algumas análises indicam que a reforma universitária teve um papel importante na ampliação das matrículas do sexo feminino além de mudanças sócio-culturais. Esse aumento da participação feminina pode ser explicado em função da maior aceitação do trabalho feminino, aos salários mais baixos pagos às mulheres e a necessidade de colaborar no orçamento familiar devido ao arrocho salarial (Médici,1987).

Quando analisamos a participação masculina nos cursos de nível técnico da Educação Profissional nas diferentes regiões geográficas, nota-se que as regiões Sudeste e Sul são as que apresentam maiores percentuais de matriculados do sexo masculino tanto nos cursos da área da saúde (25,5% e 24,3%, respectivamente) como na subárea de Enfermagem (15,3% e 15,6%, respectivamente).

Gráfico 9: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional segundo Gênero nas Grandes Regiões. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/MEC/INEP

Conforme verifica-se na tabela 27, a diferença na participação feminina entre a subárea de Enfermagem e a área de Saúde em geral é de cerca de 10 pontos percentuais. Por outro lado, verifica-se que não há grandes diferenças, quando compara-se a participação de homens e/ou mulheres nos cursos de técnicos e auxiliares de Enfermagem entre as diferentes regiões geográficas. Destaca-se apenas que na região Sul, 20% dos matriculados nos cursos de auxiliar de Enfermagem são homens (tabela 28).

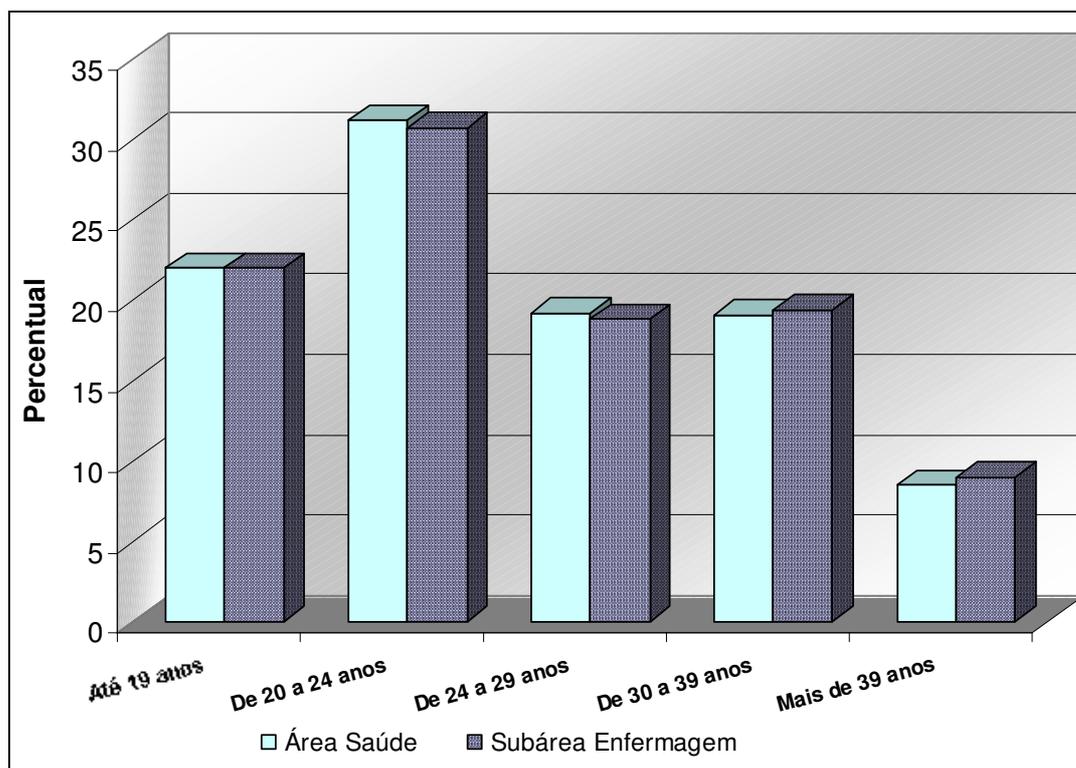
Em relação à distribuição por faixa etária as tabelas ilustram a orientação definida no Censo Escolar. No entanto, para fins dessa análise consideramos as três primeiras faixas (menos de 15 anos, de 15 a 17 anos, e de 18 a 19 anos), o que permite perceber que cerca de 22% dos alunos matriculados nos cursos da saúde possuem até 19 anos (tabela 29).

Quando somamos os percentuais das duas primeiras faixas consideradas na análise percebemos que a metade dos alunos matriculados nos cursos da área de saúde tem até 24 anos de idade. Esse dado sugere que os cursos de educação profissional em saúde são feitos por alunos matriculados ou que concluíram recentemente o ensino médio.

Comparando as faixas etárias dos alunos dos cursos de técnicos de enfermagem e dos alunos dos cursos de auxiliares de enfermagem, os dados revelam que 52,7% dos alunos matriculados nos cursos de técnicos têm até 24 anos de idade, enquanto 48,5 dos alunos matriculados nos cursos de auxiliar têm até 24 anos. Portanto, verifica-se que os alunos matriculados nos cursos de técnicos são em sua maioria mais jovens que os alunos matriculados em cursos de auxiliares (tabela 30).

Quando analisamos os dados relativos à enfermagem notamos que esta subárea acompanha a mesma distribuição em todas as regiões do país. A maior parte dos matriculados também encontra-se na mesma faixa etária.

Gráfico 10: Distribuição percentual de Alunos Matriculados de Educação Profissional segundo Faixas Etárias. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

A região Norte é a que apresenta maior percentual de matriculados na área da saúde com mais de 30 anos (35,9%). A subárea de enfermagem acompanha essa distribuição. Por

outro lado, a região que apresenta menor percentual de matriculados com mais de 30 anos é a Nordeste tanto na área da saúde como na subárea de enfermagem (tabela 29).

Análises anteriores (Médici, 1987) relativas à composição da Força de Trabalho em Saúde apontam para um rejuvenescimento, especialmente dos profissionais de nível superior. Com relação aos trabalhadores de nível médio estes autores indicavam que entre 1970 e 1980, o percentual dos que possuíam menos de 30 anos passou de 43,2% para 45,7%.

Quando analisamos os dados específicos sobre os cursos da subárea de enfermagem é possível observar que, no Brasil, os cursos de auxiliar apresentam 73,2% de matriculados com menos de 30 anos e os cursos de técnico de enfermagem apresentam 70,7% com menos de 30 anos. Apenas 25,4% dos matriculados nos cursos de técnico de enfermagem na região Centro-Oeste possuem mais de 30 anos. Nesta região, o percentual chega a 26,6% nos cursos de auxiliar. Apenas a região Nordeste chama atenção ao apresentar um percentual bem inferior à média dos matriculados com mais de 30 anos nos cursos de auxiliar de enfermagem alcançando apenas 14,9%.

Alunos Concluintes nos Cursos de Educação Profissional e no Ensino Médio Profissionalizante na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem

Em todas as regiões do país, o número de concluintes no ano 2000, dos cursos de educação profissional da área da saúde e da subárea de enfermagem do setor privado é superior ao setor público. Para os cursos de educação profissional na área da saúde, o percentual de concluintes dos estabelecimentos públicos correspondem a 16,9% do total geral, sendo inferior aos concluintes do Senac, que sozinho corresponde a 18,4% (tabela 31).

Como vem sendo observado, tradicionalmente, a região Sudeste apresenta os maiores percentuais de concluintes na área da saúde (68%) e na subárea de enfermagem (60%), tanto nos estabelecimentos públicos quanto privados (tabela 33). No setor público, os estabelecimentos estaduais são os que formam mais alunos (40%), principalmente nos cursos de técnicos (tabela 32).

Os dados da tabela 35, mostram que para a subárea de enfermagem, nos estabelecimentos públicos, a região Norte não possui egressos dos cursos de auxiliar de enfermagem. Todos os concluintes no ano 2000 (ou 165), são oriundos dos cursos de técnicos. Na região Centro-Oeste, a situação é a mesma, sendo que o número de técnicos

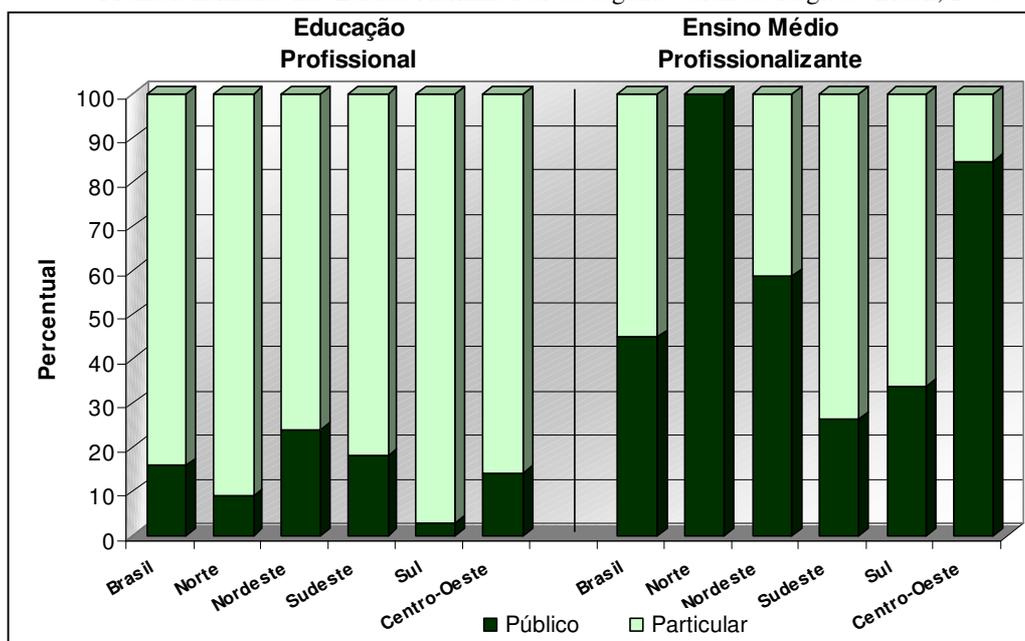
formados foi superior (ou 269). Nas demais regiões, nos estabelecimentos públicos, os cursos de técnicos predominaram em número de alunos formados.

Segundo os estabelecimentos que responderam ao Censo, observa-se que nos privados, em todas as regiões, exceto o Nordeste, o número de concluintes dos cursos de técnicos é superior aos cursos de auxiliar de enfermagem. Somente no Nordeste o percentual de alunos formados nos cursos de auxiliar (45,3%) é superior ao dos cursos de técnicos (37,3%).

É interessante destacar os percentuais de concluintes ignorados no setor público da região Sul (56,8%) e no setor privado da região Nordeste (17,1%). Esses valores de ignorados podem estar associados ao campo de coleta dessa informação que aparece aberto, ou seja, não codificado no questionário do Censo Escolar 2001, na parte referente à Educação Profissional. Sugerimos que nos próximos levantamentos esse campo seja codificado conforme já aparece no Ensino Médio Profissionalizante.

Para os concluintes do Ensino Médio Profissionalizante na área da saúde, o setor público prevalece com 52,7% do total (tabela 32). Somente na região Sudeste o setor privado apresenta percentuais bastante superiores aos do setor público (61,5% e 38,5%, respectivamente).

Gráfico 11: Participação Percentual dos Alunos Concluintes de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante nas Esferas Administrativas segundo Grandes Regiões. Brasil, 2000



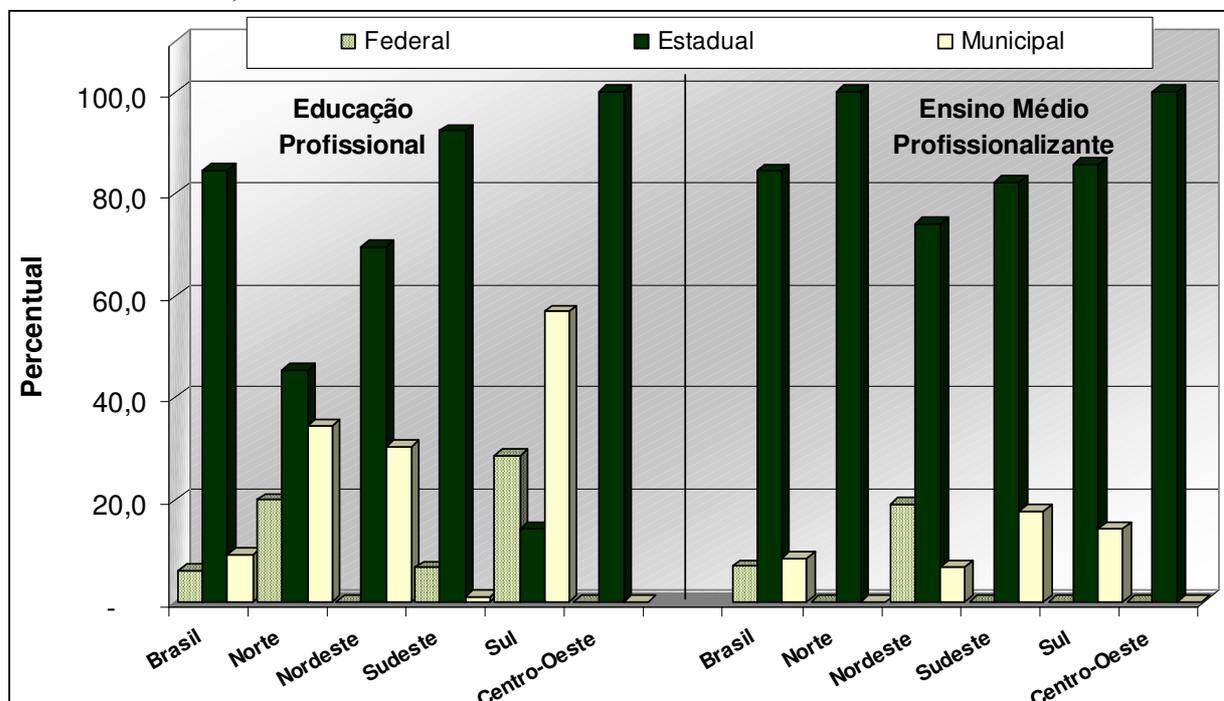
Fonte: Censo Escolar 2001/MEC/INEP

Para a subárea de enfermagem a situação é semelhante. Nas regiões Sul e Sudeste o número de alunos concluintes do setor privado é superior aos do setor público. Nas demais regiões o setor público prevalece. Destaca-se a região Norte, que tanto para a área da saúde quanto para a subárea de enfermagem, todos os concluintes do setor público estão na esfera estadual. O setor privado nesta região não apresenta concluintes.

No Nordeste, destaca-se a esfera federal com o maior percentual de concluintes. Com relação ao número de alunos concluintes do setor privado, tanto na área de saúde quanto na subárea de enfermagem, o Sudeste apresenta o maior número de formados, seguido da região Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

No setor público, na área da saúde, a região Sudeste tem o maior número de formados, seguida das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Norte, predominando, em todas, a esfera estadual.

Gráfico 12: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional e Ensino Médio Profissionalizante na Esfera Pública na Subárea de Enfermagem segundo Grandes Regiões. Brasil, 2000



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

Para a subárea de enfermagem no setor público, o Nordeste tem o maior número de formados, seguido das regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte.

Segundo as modalidades de curso de enfermagem (tabela 36), para o Ensino Médio Profissionalizante no setor público na região Norte, não há nenhum concluinte de cursos de auxiliar de enfermagem e apenas 15 alunos concluintes em curso de técnico. No Sudeste também não há alunos concluintes nos cursos de auxiliar de enfermagem em 2000, porém, nos cursos de técnicos o número de concluintes é de 470. Nas demais regiões, o número de concluintes nos cursos de técnicos continua bem superior aos cursos de auxiliar.

No setor privado, a região Norte não apresenta concluintes em cursos de Ensino Médio Profissionalizante em Saúde. Apenas na região Nordeste o número de concluintes dos cursos de auxiliar de enfermagem é superior ao de técnicos. Nas demais regiões o número de egressos de cursos de técnicos é maior.

Sexo e Faixa Etária dos Alunos Concluintes nos Cursos de Educação Profissional na Área de Saúde e na Subárea de Enfermagem

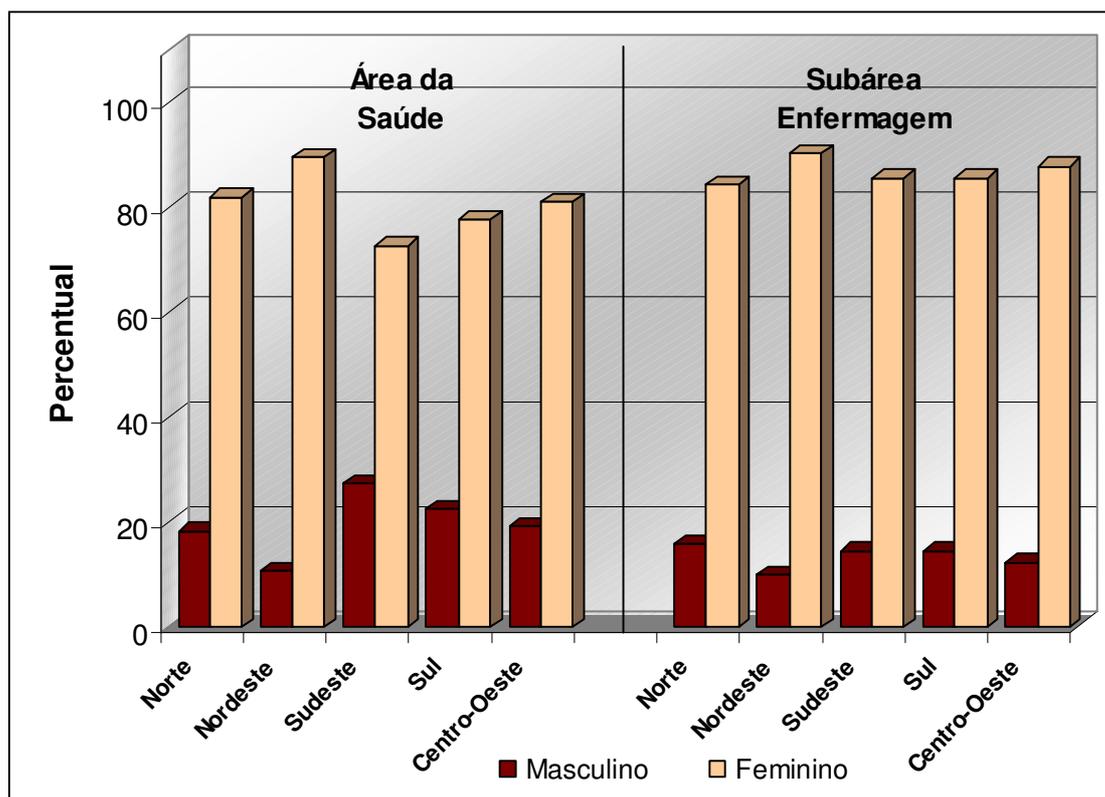
Os dados relacionados aos concluintes são bastante próximos dos relativos aos alunos matriculados, reforçando a grande participação feminina nos cursos da área da Saúde. Se aceitamos que os egressos da educação profissional estão possivelmente ingressando no mercado de trabalho em saúde, ou, já fazem parte deste, podemos supor que a *feminização* da saúde tende a ampliar, na medida que mais de 75% dos concluintes dos cursos da saúde e mais de 86% na subárea de enfermagem são mulheres (tabela 37).

De acordo com a tabela 37 a região Nordeste é a que apresenta maior percentual de concluintes do sexo feminino tanto na área da saúde (89,4%) como na subárea de enfermagem (90,1%). Já a região Sudeste é a que apresenta percentuais menores de participação feminina nos concluintes da área da saúde (72,6) e a região Norte na subárea de enfermagem (84,2%). Este resultado é corroborado pela informação descrita na análise da participação diversificada de subáreas nesta região. Tal fato pode justificar a menor participação feminina na subárea de enfermagem, maximizando a inserção de alunos do sexo masculino na área da saúde.

A análise sobre concluintes do sexo masculino e/ou feminino nos cursos de técnicos e auxiliares de enfermagem entre as diferentes regiões geográficas acompanha a tendência que foi anteriormente mencionada em relação aos alunos matriculados (tabela 28), ou seja, mais

de 84% dos alunos formados nos cursos de técnicos ou auxiliares de enfermagem são mulheres no Brasil.

Gráfico 13: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional segundo Gênero nas Grandes Regiões. Brasil, 2000



Fonte: Censo Escolar 2001/ MEC / INEP

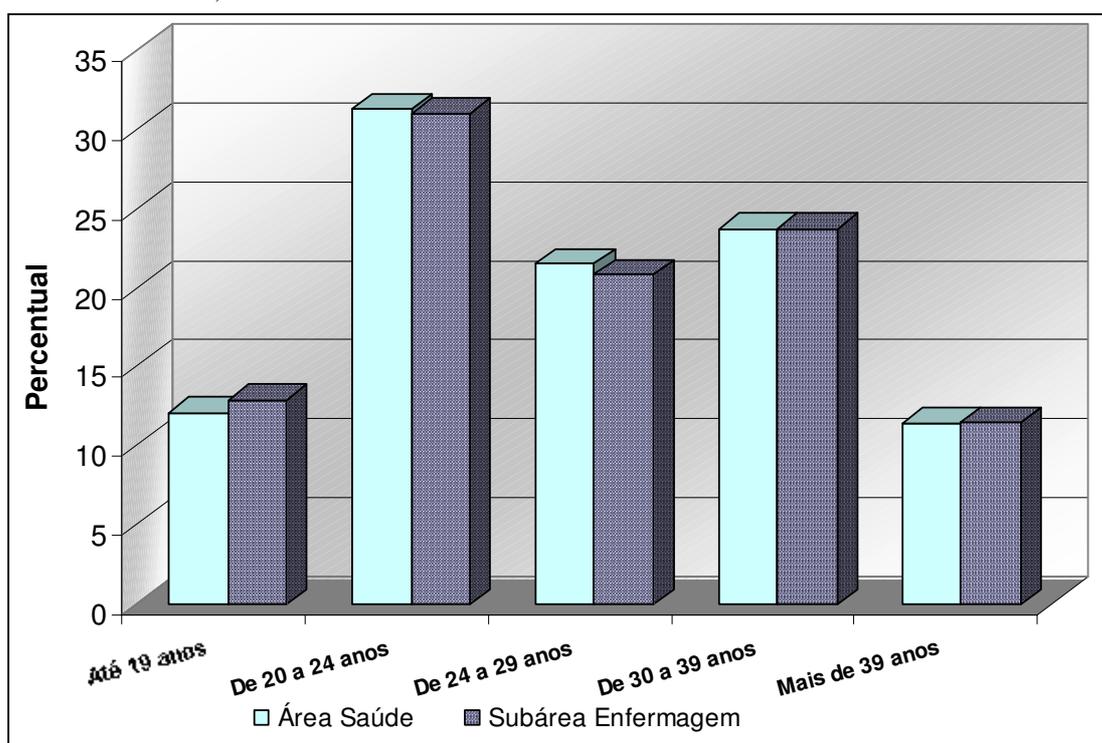
Cabe tornar a registrar que não podemos realizar análises comparativas, inclusive entre matriculados e concluintes para observarmos evasão, por exemplo. Ainda não existem séries históricas relativas aos dados examinados, já que as informações da educação profissional só foram inseridos no Censo Escolar a partir de 2000 e o Censo da Educação Profissional realizado em 1999 não apresenta informações passíveis de serem cruzadas com as informações da base de dados do Censo Escolar.

De forma geral, os dados relativos à faixa etária dos concluintes, segundo o Censo Escolar, parecem acompanhar os dados relativos aos matriculados. No entanto, enquanto 22% dos alunos matriculados nos cursos da saúde possuem até 19 anos, apenas 12,1% dos concluintes estão nesta primeira faixa etária (tabela 39), sugerindo que nesta faixa

encontram-se os matriculados que podem estar cursando o ensino médio profissionalizante. Da mesma forma, na subárea de enfermagem a faixa etária que vai até 19 anos apresenta um percentual de concluintes de 12,9%.

Quando analisamos os dados relativos a enfermagem notamos que esta subárea acompanha a mesma distribuição em todas as regiões do país. No Brasil, a maior parte dos concluintes também encontra-se na faixa etária dos 20 aos 24 anos (31%).

Gráfico 14: Distribuição percentual de Alunos Concluintes de Educação Profissional e segundo Faixas Etárias. Brasil, 2001



Fonte: Censo Escolar 2001/MEC/INEP

A região Norte é a que apresenta maior percentual de concluintes acima dos 30 anos na área da saúde (39,1%). A subárea de enfermagem acompanha essa distribuição. A região que apresenta menor percentual de concluintes com mais de 30 anos é a Nordeste tanto na área da saúde como na subárea de enfermagem. Ao analisarmos a tabela 39 verificamos que os concluintes que possuem menos de 30 anos representam 64,9% do total da área da saúde e 64,8% na subárea de enfermagem.

Quando observamos os dados relativos aos concluintes no Brasil, especificamente dos cursos da subárea de enfermagem, verificamos que o percentual com menos de 30 anos cai, em relação aos matriculados, para 68,3% nos cursos de auxiliar de enfermagem e 61,7% nos cursos de técnico de enfermagem. A região Centro-Oeste é a que apresenta menor percentual de concluintes com mais de 30 anos nos cursos de técnico de enfermagem (29,4%). E a região Nordeste torna a apresentar o menor percentual dos concluintes com mais de 30 anos nos cursos de auxiliar de enfermagem (24,3%) (tabela 40).

Considerando que os alunos que concluíram os cursos da educação profissional em saúde, em especial na subárea de enfermagem, estão se inserindo ou já encontram-se inseridos no mercado de trabalho em saúde, pode-se resgatar análises anteriores (Médici, 1987) que apontam para um rejuvenescimento na composição da Força de Trabalho em Saúde. Com relação aos trabalhadores de nível médio esse autor indica que entre 1970 e 1980, o percentual dos que possuíam menos de 30 anos passou de 43,2% para 45,7%. A possível inserção desse contingente de trabalhadores com menos de 30 anos no mercado de trabalho em saúde (64,9%) e especificamente na subárea de enfermagem (64,7%) parece reforçar a tese de um rejuvenescimento na composição da força de trabalho em saúde.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo analisou a oferta de “Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde” e, particularmente, na subárea de Enfermagem no Brasil, a partir da base de dados disponível no Censo Escolar 2001. Sendo assim, podemos verificar inicialmente duas questões: a primeira é que ainda existe oferta no país de cursos de ensino médio profissionalizante em saúde, organizados com base na Lei 5.692/71. Entretanto, são pouco numerosos quando comparados a oferta de cursos de educação profissional, organizados com base na nova legislação dessa última modalidade de ensino. A tendência é que a primeira modalidade seja progressivamente extinta com a conclusão dos cursos e consequente habilitação profissional dos alunos matriculados no ensino médio profissionalizante. De acordo com a atual legislação, o ensino médio e a educação profissional devem ser organizados de forma complementar mas independentes.

A segunda questão refere-se ao fato da base de dados do Censo Escolar 2001, dizer respeito apenas ao Nível Técnico da Educação Profissional e expressar muito mais a realidade da oferta de cursos de técnicos de enfermagem do que de auxiliares de enfermagem no país, com consequentes implicações para análises futuras. A impossibilidade de mapear a oferta de cursos básicos de educação profissional na área de saúde, uma modalidade de curso que independente da escolaridade do aluno, impede a verificação e a confirmação de ofertas de cursos para o que podemos denominar de *trabalhadores(as) práticos(as)* da saúde.

A presença desses(as) trabalhadores(as) ou a dimensão prática do saber sempre foi muito marcante no interior do trabalho em saúde e continua sendo, pois eles(as) são ainda incorporados(as), seja no trabalho hospitalar, seja no trabalho de saúde pública. No primeiro caso, por exemplo, podemos dizer que a Atendente de Enfermagem é o protótipo dos(as) denominados(as) *práticos(as)* em saúde, que atualmente continua sendo contratada sob novas denominações, tal como Auxiliar de Serviços Médicos, segundo estudos realizados. No trabalho de saúde pública podemos citar o(a) agente comunitário(a) de saúde e os guardas sanitários, que estão sendo maciçamente incorporados pelo Programa de Saúde da Família e para as atividades de Vigilância Epidemiológica nos Estados, respectivamente.

Sob esse ângulo de análise, o mapeamento da oferta de cursos básicos em saúde é relevante, dado que poderia ser um dos instrumentos para verificar a oferta de cursos de

qualificação, atualização ou re-qualificação, suas exigências de ingresso, o conteúdo e a organização curricular, o perfil das competências desenvolvidas no aluno, geralmente trabalhador e que detém, em média, na sua maioria, quatro anos de escolaridade.

No que diz respeito especificamente à oferta de cursos técnicos na subárea de Enfermagem, essa base de dados ainda não é confiável quando se trata de analisar a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem. A nossa hipótese é que por ser considerado um curso de nível básico e não de nível técnico, ou, por não terem sido ainda reformulados com base na nova legislação da educação profissional em vigor, há um subregistro da oferta dessa modalidade de curso técnico em saúde, denominado de qualificação profissional e que exige o diploma de conclusão do ensino fundamental, o patamar mínimo de ingresso. Os cursos de técnicos de enfermagem são denominados de habilitação profissional e exigem a conclusão do ensino médio.

A partir da análise realizada do sistema formador em saúde, com base nas três variáveis selecionadas para estudo – estabelecimentos, cursos e alunos, podemos verificar que:

- A estrutura física do sistema formador de nível técnico em saúde fundamentalmente, segundo o Censo Escolar 2001, está alicerçada em instituições organizadas em torno da Educação Profissional de Nível Técnico, as quais representam 78,2% do total dos estabelecimentos para este nível. Apenas 18,8% dessa estrutura, atua com o Ensino Médio Profissionalizante.
- A principal subárea coberta por esta estrutura é a Enfermagem, com 706 instituições, equivalente a 70,3% da estrutura física do sistema formador de nível técnico em saúde. A região Sudeste detém a maior capacidade instalada da Enfermagem, com 570 instituições para a *modalidade 1*, e 136 para a *modalidade 2*.
- No âmbito do setor público, a maioria das instituições de ensino técnico em Enfermagem no Brasil e nas grandes regiões, estão vinculadas aos governos estaduais, principal protagonista em termos de infraestrutura, oferta e número de vagas de cursos técnicos. As Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS, na sua maioria vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde, estão pouco representadas no Censo Escolar 2001. Entretanto, do total de

instituições que atuam com a *modalidade 1*, 83,7% são do setor privado, com importante participação do Senac que, no Brasil, detém uma estrutura superior às esferas federal e municipal juntas.

- No Brasil, de acordo com o Censo Escolar, existem 1.463 cursos técnicos em saúde, sendo que 82,1% são de Educação Profissional e apenas 17,9% são de Ensino Médio Profissionalizante. Das 13 (treze) subáreas de saúde sob análise a principal é a Enfermagem, que representa 57,2% do total de cursos de educação profissional oferecidos em todas as subáreas, bem como a sua oferta abrange todas as regiões brasileiras. Chama a atenção, a pequena oferta de cursos de educação profissional no país, nas subáreas de Hemoterapia e Vigilância Sanitária, e a concentração na região Sudeste, de subáreas importantes para o conjunto das regiões brasileiras, tais como: BIODIAGNÓSTICO, Saúde Bucal e Gestão em Saúde.
- Dos cursos de Educação Profissional da subárea de Enfermagem, a maior oferta em todas as regiões, exceto na região Sul, é de cursos de auxiliares de enfermagem. Essa conclusão só foi possível porque fizemos a comparação entre o cadastro de estabelecimentos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e a base de dados do Censo Escolar 2001. Esse procedimento permitiu verificar também que enquanto o setor público oferece 160 cursos (40,2%) de técnicos e 238 (59,8%) de auxiliares, o setor privado oferece 824 cursos (28,6%) de técnicos e 2.057 cursos (71,4%) de auxiliares. Isso demonstra que o setor privado, mais que o público, privilegia fundamentalmente a oferta de cursos de auxiliares de enfermagem, enquanto o setor público tende a privilegiar a formação de trabalhadores técnicos em enfermagem com qualificação escolar mais elevada.
- Os dados relativos aos alunos matriculados e concluintes em cursos técnicos em saúde reforçam as análises efetuadas sobre o mercado de trabalho setorial, que sinalizam para a intensa *feminização* do trabalho em saúde, pois mais de 75% dos alunos matriculados e concluintes dos cursos de Educação Profissional em Saúde são mulheres. Pode-se dizer que a subárea de Enfermagem é o *carro-chefe* desse processo de *feminização* setorial. Por outro

lado, verifica-se que os alunos dos cursos de técnicos são, em sua maioria, mais jovens que os alunos de cursos de auxiliares de enfermagem.

V - BIBLIOGRAFIA

BLANK, Vera Lúcia Guimarães. 1987. *Contribuição ao estudo da prática de enfermagem*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz.

BRASIL, Ministério da Educação. 1997. *Decreto n° 2.208, de 17/04/97*. Regulamenta o § 2° do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n° 9.394, de 20/12/96.

_____. 1999. *Parecer CNE/CEB n° 16/99. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*. Brasília: MEC.

_____. 2000. *Censo da Educação Profissional. Resultados 99*. Brasília: Semtec/Inep/MEC.

_____. 2000. *Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: Saúde*. Brasília: MEC

BRASIL, Ministério da Saúde. 2000. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. *Diagnóstico das escolas técnicas do SUS*. Brasília: MS.

_____. 2001. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. *Formação*, Brasília: Ministério da Saúde, v. 1, n. 1, jan.

CASTILLO, Alcira M., MANFREDI, Maricel. 1999. *Estudio sobre la situación de la formación de personal técnico en salud: algunos países de la Región*. Washington, D.C.: OPS.

COFEN, 1980. *Unidade de Registro e Cadastro*. Rio de Janeiro.

COFEN, 1987. *Unidade de Registro e Cadastro*. Rio de Janeiro.

COFEN, 1992. *Unidade de Registro e Cadastro*. Rio de Janeiro.

COFEN, 1999. *Unidade de Registro e Cadastro*. Rio de Janeiro.

COFEN, 2002. *Cadastro de estabelecimentos com cursos técnicos em enfermagem*. Rio de Janeiro. <http://www.portalcofen.com.br/index.asp>

IBGE, 1976. *Estatísticas da Saúde: Assistência Médica Sanitária*. Rio de Janeiro: IBGE. v.1, 70 pg.

IBGE, 1984. *Estatísticas da Saúde: Assistência Médica Sanitária*. Rio de Janeiro: IBGE. v.9, 70 pg.

IBGE, 1992. *Estatísticas da Saúde: Assistência Médica Sanitária*. Rio de Janeiro: IBGE. v.17, 155 pg.

IBGE, 1999. *Estatísticas da Saúde: Assistência Médica Sanitária*. Rio de Janeiro: IBGE. 106 pg.

LOPES, Marta Julia Marques, MEYER, Dagmar Estermann, WALDOW, Vera Regina (orgs.). 1996. *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.

MACHADO, Maria Helena (coord). 1997. *Os Médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

MACHADO, Maria Helena, BELISÁRIO, Soraya Almeida. 2000. Os médicos e o mercado de trabalho. In: CANESQUI, Ana Maria (org.). *Ciências sociais e saúde para o ensino médico*. São Paulo: Hucitec, p. 99-110.

MEDICI, André Cezar. 1987. A força de trabalho em saúde no Brasil dos anos 70: percalços e tendências. In: MEDICI, André Cezar (org). *Textos de apoio. Planejamento I. Recursos humanos em saúde*. Rio de Janeiro: PEC/ENSP-Abrasco, pp. 39-50.

MELO, Cristina Maria Meira de. 1986. *Divisão social do trabalho e enfermagem*. São Paulo: Cortez.

NOGUEIRA, Roberto Passos. 1987. A força de trabalho em saúde. In: MEDICI, André Cezar (org). *Textos de apoio. Planejamento I. Recursos humanos em saúde*. Rio de Janeiro: PEC/ENSP-Abrasco, pp. 13-18.

PIRES, Denise. 1998. *Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil*. São Paulo: Annablume.

SILVA, Graciette Borges da. 1986. *A enfermagem profissional: análise crítica*. São Paulo: Cortez.

UNICAMP. NEPP. 2002. *Bancos de dados nacionais e regionais sobre força de trabalho na área de saúde: limites e possibilidades*. Campinas, São Paulo.

VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. 1992. *O atendente de enfermagem no estado do Rio de Janeiro: classificação da demanda para a profissionalização*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

_____ (org). 1998. *Trabalhadores de saúde em números*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

VIEIRA, Ana Luiza Stiebler, OLIVEIRA, Eliane dos Santos. 2001. A equipe de enfermagem no mercado de trabalho em saúde no Brasil. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 25, n.57, jan./abr., p. 63-70.

VI - ANEXOS